



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

DAVID PAIVA MARTINS

**COOPERATIVAS DE MATERIAL RECICLÁVEL NO INTERIOR DO ESTADO DO CEARÁ
E O FENÔMENO DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO**

**FORTALEZA
2013**

DAVID PAIVA MARTINS

**COOPERATIVAS DE MATERIAL RECICLÁVEL NO INTERIOR DO ESTADO DO CEARÁ
E O FENÔMENO DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Psicologia do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Psicologia. Área de Concentração: Processos de Mediação: Trabalho, Atividade e Interação Social.

Orientador: Prof. Dr. Cássio Adriano Braz de Aquino

**FORTALEZA
2013**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

M342c

Martins, David Paiva.

Cooperativas de material reciclável no interior do estado do Ceará e o fenômeno da precarização do trabalho / David Paiva Martins. – 2013.

81 f. : il. color., enc. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza, 2013.

Área de Concentração: Processos psicossociais e vulnerabilidades sociais.

Orientação: Prof. Dr. Cássio Adriano Braz de Aquino.

1.Catadores de lixo – Icó(CE) – Atitudes. 2.Catadores de lixo – Icó(CE) – Condições sociais. 3.Reaproveitamento(Sobras,refugos,etc.) – Aspectos sociais – Icó(CE). 4.Trabalho – Aspectos sociais – Icó(CE). 5.Comportamento organizacional – Icó(CE). 6.Relações trabalhistas – Icó(CE). 7.Cooperativas de reciclagem – Aspectos sociais – Icó(CE). I. Título.

CDD 305.93637282098131

DAVID PAIVA MARTINS

**COOPERATIVAS DE MATERIAL RECICLÁVEL NO INTERIOR DO ESTADO DO CEARÁ
E O FENÔMENO DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Psicologia do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Psicologia. Área de Concentração: Processos de Mediação: Trabalho, Atividade e Interação Social.

Aprovado em: __/__/____

Banca Examinadora

Prof. Dr. Cassio Adriano Braz de Aquino (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Luciana Lobo Miranda
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Teresa Gláucia Rocha Matos
Universidade de Fortaleza (UNIFOR)

A todos os que desde o início,
acreditaram que seria possível.

AGRADECIMENTOS

Muitos contribuíram para o encerramento desse ciclo e merecem agradecimentos, destaque inicialmente meu orientador Prof. Cássio pela paciência, integridade e assertividade na condução do processo.

Às professoras Tereza Glaucia e Luciana Lobo que intervíram de forma excepcional na construção dessa pesquisa.

Aos meus familiares, que durante todo o processo me apoiaram e acreditaram na subida de mais um degrau nesta caminhada. Posso citá-los ainda como ponto de apoio nas dificuldades e imprevistos.

À minha adorável companheira Magda Helena, por nossas conversas supostamente científicas em casa e por sua dedicação e extrema paciência com minhas ideias e anseios.

Aos meus amigos que sempre incentivaram a continuidade desse trabalho e que de muitas formas contribuíram para esse resultado. Em especial ao Fernando Henrique por revisar toda a ortografia textual e Rafael pelo Abstract feito na madrugada.

A todos os meus companheiros de mestrado, um forte abraço e obrigado pelas mais diferentes e divertidas conversa no decorrer desses dois anos.

Em especial um agradecimento a PROPAG, pela concessão de bolsa de pesquisa.

E por último, a todos àqueles que de alguma forma cruzaram com esse projeto no decorrer do processo.

“O problema que aqui apresento não é qual o lugar do homem na escala dos seres (o homem é um fim), mas qual tipo de homem que se deve *criar*, que se deve *pretender*, que tipo terá mais valor, o mais digno de viver, mais seguro no futuro.”

(Friedrich Nietzsche)

RESUMO

O trabalho atualmente encontra-se flexibilizado e precarizado, consequência direta de um movimento antagônico ao Fordismo. A flexibilização do trabalho carrega consigo o desmantelamento dos direitos trabalhistas e o avanço do trabalho nas esferas particulares do trabalhador. Dessa forma, a precarização do trabalho deriva diretamente desse movimento de flexibilidade trabalhista. O surgimento das cooperativas no século XIX abre novas possibilidades para se pensar o capital e o trabalho propriamente ditos, porém, seus ideais de cooperação mútua e autogestão, propiciam o aparecimento de falsas cooperativas, difundindo vários modelos de trabalho fora do signo do cooperativismo. A catação de materiais recicláveis, realizada basicamente nas cooperativas, angaria aqueles trabalhadores sem perspectiva de retorno ao mercado formal de trabalho, ao mesmo tempo que lhes oferece um trabalho precarizado com poucas ou nulas possibilidades de mudança. Dessa forma o presente estudo, que fez parte da pesquisa para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará – UFC dedicou-se a analisar a precarização do trabalho e das relações trabalhistas presentes em uma cooperativa de material reciclável, localizada em Icó, Ceará. Para tanto, foram entrevistados 05 indivíduos diretamente ligados à atividade de catação, tendo como base uma abordagem qualitativa. A partir das entrevistas, foram elencadas e analisadas, de acordo com a Sociohermenêutica de Alonso, categorias comuns e presentes em todos os discursos. Considerou-se que o trabalho precarizado realizado pelos catadores apropria-se não somente da atividade física, mas também da subjetividade dos catadores, dificultando uma reflexão mais profunda a cerca de sua condição precarizada e inibindo uma reconquista dos direitos trabalhistas e do tempo particular exigido pelo trabalho precarizado.

Palavras chave: trabalho, precarização, cooperativas

ABSTRACT

Nowadays labor has become flexible and precarious, direct consequence of an antagonistic movement related to Fordism. The flexibility of labor carries in itself the breakage of labor rights and the advancement of toil in the laborer's private circles. This way, the precariousness of labor derives directly from that labor flexibility movement. The arising of cooperatives in 19th century opens new possibilities to thinking capital and labor *per se*, however the ideals of mutual cooperation and self-management propitiate the appearance of false collectives, disseminating various models of labor outside the sign of cooperative. The gathering of recyclable materials, perpetrated basically in cooperatives, assemble those workers without perspective of getting back to the formal laboring market, at the same time it offers a precarious labor with few or null possibilities of change. This way the present study, which was part of the research to obtain the title of Master by the Post-Graduation Program in Psychology of the Federal University of Ceará – UFC, was devoted to analyze the precariousness of labor and the working relationships that are present in a cooperative of recyclable materials, located in Icó, Ceará. For that matter, 05 individuals directly related to the gathering activity were interviewed based in a qualitative approach. Then, based on those interviews and according to Alonso's social hermeneutics, categories were cast and analyzed, all of them common and present in every speech. It was considered that the precarious labor performed by the gatherers is based not only in physical activity, but in the subjectivity of them too, making even more difficult to reflect deeply about their precarious condition and inhibiting the restoration of labor rights and of the private time demanded by the precarious labor.

Key words: labor, precariousness, cooperatives

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Cooperativas e Associados agrupados por regiões brasileiras....	32
Quadro 2 -	Formas de organização dos “Catadores Organizados”.....	39

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Cartilha Cooperativismo e Eleições 2012 da OCB.....	37
Figura 2 -	A esquerda Cooperativa A e a direita Cooperativa B.....	56
Figura 3 -	Aglomerado de metal na Cooperativa A.....	58
Figura 4 -	Cooperativa B.....	59

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNH	Banco Nacional da Habitação – BNH
UNIMED	Confederação Nacional das Cooperativas Médicas
DF	Distrito Federal
INOCOOP	Instituto Nacional de Orientação às Cooperativas
IPECE	Instituto de Pesquisa Econômicas do Ceará
IMPARH	Instituto Municipal de Pesquisas, Administração e Recursos Humanos
OCB / CE	Organização das Cooperativas Brasileiras / Ceará
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
ONU	Organização das Nações Unidas
OCE's	Organizações de Cooperativas Estaduais
ONGs	Organizações Não Governamentais
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PAC2	Programa de Aceleração do Crescimento 2
SP	São Paulo
IBGE	Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Sescoop	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
Sicoob	Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
Sicredi	Sistema de Crédito Cooperativo
Unicred	Cooperativa de Crédito
UFC	Universidade Federal do Ceará

SUMÁRIO

Conteúdo

1 INTRODUÇÃO	13
2 TRABALHO, CAPITALISMO, NEOLIBERALISMO, FLEXIBILIZAÇÃO, PRECARIZAÇÃO E ENFRENTAMENTO.....	16
3 O COOPERATIVISMO NO MUNDO, E NO BRASIL.....	29
3.1 Gênese	29
4 AS COOPERATIVAS DE CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL.....	38
4.1 Brasil e Fortaleza	38
4.2 Icó	44
4.3 A Atividade	47
5 OBJETIVOS	52
5.1 Objetivo Geral	52
5.2 Objetivos Específicos	52
6 PROCESSOS METODOLÓGICOS	53
6.1 Levantamento bibliográfico	53
6.2 Delimitação metodológica;	54
6.3 Escolha do público alvo e pesquisa de campo;	55
6.4 Apuração dos dados;	61
6.5 Análise dos dados	61
6.6 Finalização e conclusão da dissertação;	62
7 ANÁLISE DOS DADOS.....	63
7.1 Flexibilização dos direitos e contratos trabalhistas	66
7.2 Subjetivação da precarização.	70
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	77

1 INTRODUÇÃO

A Psicologia como ciência ramifica-se em várias áreas, porém para este estudo, que foi realizado como requisito para obtenção de titulação de Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), elegeu-se a Psicologia Social como norteadora.

Tivemos então como intenção principal, identificar o processo de precarização em cooperativas de materiais recicláveis no interior do Estado do Ceará, além de compreender o desenvolvimento e funcionamento das cooperativas no mundo, no Brasil e mais especificamente em Icó, município localizado no sudeste do estado.

O trabalho apresenta-se como central na atual temporalidade, ocupando, muitas vezes, 1/3 (um terço) da jornada diária dos indivíduos. Dessa forma, compreender suas nuances, suas especificidades e particularidades, apresenta-se como um importante objeto de pesquisa.

O modo de operação do trabalho delinea-se como mutável através dos anos, reorganizando-se para suprir as necessidades do capital. Como consequência, instalou-se uma crise contemporânea relacionada ao trabalho e suas metamorfoses.

A redução da oferta de trabalho alicerçada na ascensão do maquinário tecnológico, aliada ao desmantelamento do Estado de bem estar – aquele que dá suporte a seus trabalhadores – anunciam a flexibilização do trabalho.

Alguns autores associam uma nova questão social como consequência de um desenvolvimento do trabalho e do Estado, de modo a privilegiar a produção e a acumulação, e não as relações trabalhistas e àqueles que executam o trabalho propriamente dito.

Em tempo, o trabalho se tornou símbolo de construção, desenvolvimento, atividade meio para se alcançar algo. Deve-se enfatizar, porém, que independente das funções elencadas ao trabalho na atualidade, sua função primeira ainda é a produção de mais valia para a acumulação de capital.

Nesse cenário, as cooperativas apresentam-se como uma alternativa ao modelo capitalista que se apropria da força de trabalho para a acumulação de riqueza. Defendendo a cooperação mútua e a autogestão, elas representam um modo diferente de organização e enfrentamento da realidade.

Sabe-se que o movimento cooperativista surgiu no século XIX na Inglaterra e desde então se espalhou por todos os países. No Brasil aponta-se 1847 como o marco oficial do início do cooperativismo, uma vez que a substituição gradativa dos escravos por imigrantes europeus contaminados com os ideais cooperativistas se deu nesse período.

Atualmente no país existem mais de 06 mil cooperativas cadastradas na Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), com uma representatividade de mais de 10 milhões de trabalhadores.

Em relação à organização, as cooperativas assumem as mais variadas formas, dependendo do grau de organização em que se encontram e do ramo de atividade em que atuam (agropecuário, habitação, crédito, educacional, dentre outros).

Falando-se especificamente em cooperativas de material reciclável, estas por definição, já nascem precarizadas, dessa forma, torna-se premente uma apreciação de suas características e particularidades.

Trecheiros, catadores de lixo, catadores organizados, catadores individuais, todas essas definições existem numa tentativa de classificar e diferenciar esses trabalhadores. Além de desenvolverem suas atividades laborais expostos às intempéries da natureza, os catadores atuam perante aos olhares de todos, sempre observados, seus corpos e aquilo que fazem estão constantemente marcados pelo olhar do outro.

Baseados nessa temporalidade moderna delinea-se então o estudo em cinco momentos distintos e indissociáveis, sendo eles:

- 1) Caracterização do trabalho – este capítulo dedica-se à explanação das transformações sofridas pelo trabalho ao longo de mais de cinco séculos. Inicia-se com o mundo pré-capitalista, onde o trabalho ainda se configurava somente como um meio para o sustento diário, passando-se ao universo capitalista e industrial de Marx (1996), para enfim aportar na modernidade definida como líquida (Bauman, 2001) e flexibilizada (Antunes 2002), mas que em uma última análise, apresenta-se como precarizada (Aquino, 2008);

- 2) Caracterização das cooperativas – reserva-se aqui a descrição da gênese e do desenvolvimento das cooperativas. Inicia-se com seu marco histórico, passando-se para sua ramificação mundial e sua chegada ao Brasil. Em seguida, inicia-se uma explanação sobre as cooperativas de material reciclável no Brasil, em Fortaleza e em Icó, abrangendo os mais diferentes aspectos – organização, classificação, atuação e relações trabalhistas, dentro outros;
- 3) Processo Metodológico – aqui são expostas as escolhas metodológicas para a realização da pesquisa, desde a escolha dos referenciais teóricos, até o método escolhido para a análise dos dados. Faz-se também uma breve caracterização da região e da organização escolhida para a realização da pesquisa visando uma compreensão mais detalhada do processo;
- 4) Análise dos dados – apresentam-se nesse momento os relatos adquiridos durante as entrevistas, articulando-os com as teorias referentes ao trabalho e a precarização do mesmo, a fim de correlacionar e elucidar questões expostas no decorrer da pesquisa;
- 5) Considerações finais – momento dedicado a exposição de resultados adquiridos no decorrer da pesquisa, sempre correlacionando-os com as teorias apresentadas anteriormente. É nesse momento também onde inquietações, contribuições e alternativas são esboçadas a fim de complementar as análises realizadas no tópico anterior.

2 TRABALHO, CAPITALISMO, NEOLIBERALISMO, FLEXIBILIZAÇÃO, PRECARIZAÇÃO E ENFRENTAMENTO.

O trabalho como o conhecemos hoje, é produto de várias mudanças orquestradas no decorrer dos séculos e, compreender essas mudanças se faz primordial ao desenvolvimento deste estudo, pois essa compreensão permitirá situá-lo em uma perspectiva atual, entendendo como se desenvolveu e difundiu, posicionando-o na atualidade, fruto de modificações nos métodos e modelos anteriores, impulsionado pelo capitalismo.

Alguns autores contribuíram para a construção de uma visão acerca do trabalho no decorrer dos séculos, e são suas ideias que tomaremos por base para discorrer sobre essa temática. Robert Castel, Karl Marx e Ricardo Antunes, são alguns daqueles que melhor expressam essa perspectiva.

Tais autores trazem uma contribuição bastante complexa, mas nos centraremos naquelas que de alguma forma viabilizam a expansão do processo de precarização no âmbito de nossa investigação. Assim, destacaremos em Castel, como o autor discorre sobre a criação e o desenvolvimento do trabalho no mundo pré-industrial. Acerca das ideias de Marx apontaremos para a conexão entre a pré-indústria e a indústria, demarcando-se obviamente o capitalismo – sua gênese e seu desenvolvimento. Por fim, utilizaremos a análise de Antunes acerca do discurso atual sobre o desenvolvimento do capitalismo, explicitando-se suas tendências e correntes de atuação.

Outros autores promovem uma discussão acerca da modernidade e, por esse motivo, suas concepções serão elencadas ao longo do texto, a fim de embasarem uma construção sobre a atualidade relacionada ao trabalho.

Castel (2010) defende a ideia de que desde a idade média, a condição daqueles que dependiam – ou não – de sua força de trabalho para o sustento diário, em consonância com as políticas assistenciais oferecidas pelo governo, construíram as bases para o capitalismo clássico.

No capitalismo dito “clássico”, está ancorada a compreensão das mais recentes configurações do mundo do trabalho e que permitem uma reflexão sobre a precarização que estava presente de forma pontual na sociedade salarial, mas que de certa forma se expande no contexto da sociedade pós-salarial, onde a aparente harmonia entre o trabalho e o emprego, se rompe.

Antes, porém, é necessário lembrar que para se falar de emprego e salário segundo Castel (2010, p. 129) “[...] será preciso esperar até que estejam reunidas as condições constitutivas da relação salarial moderna no início do século XX.”.

Castel (2010) traça uma linha histórica iniciada nas políticas de assistência àqueles que ele chama de ‘desfiliados’, assumindo que as sociedades no início da idade média permitiam a existência desses indivíduos, e de certa forma, os consideravam necessários.

Essas comunidades são, ao mesmo tempo, globalmente vulneráveis quanto às agressões externas (crises de subsistência e devastações de terras) e fortemente integradas por redes estreitas de interdependência. A precariedade da existência faz parte da condição de todos e não rompe o pertencimento comunitário. Tais sociedades dificilmente aceitam a novidade e a mobilidade, mas são eficazes contra a desfiliação. Semelhante estabilidade permite compreender que, nessas sociedades, a pobreza possa ser imensa e generalizada, sem criar uma ‘questão social’. (CASTEL, 2010, p.55)

Em um primeiro momento, os desfiliados – órfãos e idosos – passam a ser auxiliados por um Estado que não permitia a ascensão social e que tinha muito rigidamente definidas as funções de cada um.

Avançando em seu pensamento ele demonstra que em 1349 – século XIV – há uma mudança importante com,

[...] a articulação sistemática dos principais elementos de uma nova problemática do trabalho no começo da modernidade, a saber:

- a lembrança do imperativo categórico de trabalho para todos os que não têm outro recurso para viver senão a força de seus braços;
- a obrigação de que o serviço se adapte o mais estreitamente possível às formas de divisão das tarefas fixadas pela tradição e pelo costume. Quem já trabalha, que permaneça em seu emprego (salvo se convier ao empregador dispensá-lo), e quem está em busca de emprego, que aceite a primeira injunção que lhe for feita em limites territoriais, marcando o sistema de dependências de uma sociedade ainda dominada pelas estruturas feudais.

Esse direito de preempção vale tanto para os homens livres quanto para os servos;

- o bloqueio de retribuição pelo trabalho, que não pode ser objeto de negociações ou de ajustes, nem mesmo de flutuações espontâneas, mas que se acha imperativamente fixada de uma vez por todas;

- a interdição de eludir esse imperativo do trabalho, recorrendo a ajudas de tipo assistencial (interdição aos carentes de mendigar e, correlativamente, aos possuidores, de alimentar, através da esmola, a assistência a indivíduos aptos ao trabalho) (CASTEL, 2010, p. 98-99).

Nesse momento, o Estado usa de sua força pra obrigar a trabalhar, aqueles que podem, aceitando o primeiro emprego que lhes for oferecido e sem direito a barganhar as condições de trabalho. Percebe-se que o Estado impunha seu controle e poder, principalmente através de suas instituições mais representativas, através da educação e a política.

Infere-se que esse “endeusamento” do trabalho se manteve ao longo do capitalismo, mas foi paulatinamente substituído em seu principal articulador, a saber, o Estado, cede hoje espaço ao mercado.

Bauman (2001) ao discutir o trabalho afirma que,

os cultivadores da terra tinham primeiro que ficar ociosos, vagando e "sem senhores" para que pudessem ser vistos como portadores de "força de trabalho" pronta para ser usada; e para que essa força pudesse ser considerada como potencial "fonte de riqueza" por si mesma. (p. 164)

“No século XIV, ao contrário, a pressão é a da tradição que quer fixar a mão de obra em estatutos imutáveis da organização do trabalho” (CASTEL, 2010, p. 117). Demonstrando-se assim uma organização centrada na preservação da ordem e dos direitos do empregador, garantindo que o trabalho – qualquer que seja ele – continue sendo executado.

Já ao final do século XVI,

“[...] o edito de Henrique II, de 1581, retomado por Henrique IV em 1597, tenta ampliar para todo o reino o sistema corporativo. Richelieu e Colbert ainda intensificam essa política. É um mesmo espírito – o espírito do mercantilismo – que inspira a criação de manufaturas reais e o fortalecimento dos ofícios tradicionais.” (CASTEL, 2010, p. 153)

Esse sistema corporativo privilegia os ofícios chamados de jurados, “[...] cujos privilégios são administrados pela profissão e garantidos pelo poder real, têm a

mais rígida organização.” (Castel, 2010, p.154). Dessa forma o trabalho vai se fechando somente para alguns que vinham de linhagens de trabalho reconhecidas, sendo cada vez mais difícil se inserir nesse meio.

Como Castel (2010) bem fala, representam uma pequena parte da massa que necessita trabalhar, e ainda assim tem condições de trabalho rigorosamente reguladas e vigiadas pelos mais experientes que receiam perder seus postos de mestres.

[...] antes da Revolução Industrial, trabalho regulado e trabalho forçado representam as duas modalidades principais da organização do trabalho. Duas modalidades do exército da coerção cuja persistência explica porque o trabalho “livre” teve tanta dificuldade em construir um lugar para si. Mas só se compreende essa persistência se se (*sic*) apreende, para além e amiúde contra as exigências técnicas da produtividade do trabalho, até que ponto a preeminência da coerção está profundamente inscrita no plano de governabilidade dessas sociedades. (CASTEL, 2010, p. 170).

Nota-se que no século XIV, a vigilância e a regulação, como métodos específicos para a produção de conhecimento e desenvolvimento de atividades.

Podemos aqui fazer um paralelo com o poder e os “recursos para um bom adestramento” citados por Foucault (2011). Segundo ele, a constante vigilância, associada a técnicas de exploração e exposição do corpo do outro, proporcionariam uma adequação do homem a atividade, àquilo que deve ser seguido. Em uma última análise, a lei e a ordem.

Nardi (2003, p. 39) afirma que “o ponto de ruptura da emergência de uma sociedade de indivíduos está genealogicamente situado no século XIV com o surgimento do capitalismo mercantil”. Passa-se então a considerar mais o indivíduo do que a massa trabalhadora como um todo, mesmo que esse indivíduo necessite ser, em todos os momentos, observado e dirigido.

É decisivo para a análise, observar que desde cedo, nas relações de trabalho, a coerção e a força física faziam parte da rotina, porém atuavam também imposições políticas e psicológicas – mesmo que sem uma primeira teoria formulada e aceita. A manutenção de uma estrutura capitalista generalizada e baseada no trabalho se faz sustentar desde cedo pela pressão e imposição de algo, e não pelo consenso e debate.

O trabalho desenvolve-se também sob o signo da coerção, e como explanado acima, causando dificuldades para a implantação de uma atividade laboral realmente livre, já que essa coerção vinha de cima para baixo, em forma de decretos e leis, tendo o Estado como o primeiro, maior e mais importante coator.

Tão importante quanto compreender o *modus operandi* das relações trabalhistas predecessoras do capitalismo moderno, é entender que mesmo após a Revolução Industrial, essa sistemática continuou atuando, agora de forma mais velada e sob a égide do contrato formal e da liberdade de negociação.

Depois da Revolução Industrial, a condição de assalariado é pensada espontaneamente a partir do modelo de liberdade e do contrato. Ainda que se denuncie o caráter leonino do contrato e a ficção da liberdade de um trabalhador que, com frequência, é pressionado pela necessidade de vender sua força de trabalho, admite-se que o mercado de trabalho põe em presença duas pessoas independentes, do ponto de vista jurídico, e que a relação social, que estabelecem através dessa transação, pode ser rompida por qualquer uma das partes. Essa concepção liberal da condição de assalariado representa, no entanto, uma extraordinária revolução no que se refere às formas que historicamente a precederam e que vão se perpetuar após sua abolição formal. (CASTEL, 2010, p. 198).

Dentro do mesmo período de análise – Revolução Industrial – Marx (1996) também discorre sobre o trabalho e a forma como esse se constituiu. Ele analisa sob a ótica de seu materialismo histórico o uso da força de trabalho do homem para a obtenção de mais valia como,

Um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. (p.297)

Dessa forma, Marx define o trabalho como uma dialética¹ entre o homem e a natureza ao seu redor. Ele ao mesmo tempo em que a modifica, também é

¹ Dialética entendida por Hegel em seus “Princípios da Filosofia do Direito” como duas posições diferentes mas, que ao se relacionarem, criam uma terceira proposição diferente das duas iniciais conservando algo das duas primeiras.

modificado em um movimento constante. Há ainda a humanização do trabalho diferenciando-o da atividade dos animais, pois,

No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. (MARX, 1996, p. 298).

Assim, entendemos o trabalho como uma criação humana nascida de sua vontade, idealizada em sua imaginação e executada através de seu corpo, usando-o como meio de transformação da realidade ao seu redor.

Marx (1996) delineia então um primeiro entendimento conciso e embasado a cerca do trabalho e seus desdobramentos, colocando o homem no centro dessa discussão, inaugurando assim o modelo clássico de trabalho. Pode-se então afirmar que o modo de atuação do trabalho e do modo de produção – anunciados por Marx – compõem a base do trabalho desde a instauração do capitalismo.

Para Marx (1996, p. 332), o capitalismo está baseado na mais-valia, que é “a expressão exata do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista”. Ou seja, desde o início o uso da força de trabalho de outro, de forma abusiva, buscando o lucro, é a forma de agir capitalista. Desde seu primeiro trabalho onde ele aponta os moldes do modelo capitalista, esse modelo vem – como demonstra Antunes (2002) – se modificando e se adaptando a novos contextos, novas realidades e novas necessidades.

Com o intuito de organizar e controlar melhor a atividade laboral, segundo Antunes (2002), o binômio Fordismo/Taylorismo foi quem comandou este movimento no início do século XX (vinte), valorizando especificamente o desenvolvimento de um método dentro de uma concepção cartesiana de mundo entendendo o homem como uma parte bem específica de um todo, uma peça de engrenagem que tem sua função impressa em si desde sua gênese.

Antunes (2002) entende fordismo como,

A forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista e da produção em série fordista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões. Menos do que um modelo de organização societal, que abrangeria igualmente esferas ampliadas da sociedade (...) processo de trabalho que, junto com o taylorismo, predominou na grande indústria capitalista ao longo deste século. (p. 24).

Se por um lado o Fordismo/Taylorismo se preocupou com a mensuração das pormenorizações do trabalho e a comparação desses resultados para a padronização a especialização e a simplificação – contribuição taylorista –, por outro lado criou-se uma exacerbada alienação do trabalhador, visto que esse não participava de qualquer outra fase do processo produtivo a não ser aquela operacional designada para ele desde o início – contribuição fordista.

Antunes (2002) ainda demonstra que, evoluções tecnológicas surgiram a partir dos anos 80 (oitenta) resultando em uma nova adaptação do mundo do trabalho as necessidades capitalistas. O binômio Fordismo/Taylorismo é repensado criando outros modelos de organização laboral como ocorreu em alguns países.

Ao mesmo tempo em que há um movimento de negação da subjetividade humana, na medida em que a ciência assume progressivamente o estatuto de principal força produtiva, parece haver, por outro lado a revalorização da subjetividade no trabalho por meio das alterações na concepção e na prática gerenciais e na organização Taylorista-fordista do trabalho (MOURA, 2004, p. 66)

Há registros de um modelo sueco, um italiano e um japonês que se constituíam de propostas diferentes daqueles modelos em vigor. No entanto, foi o modelo japonês que mais se propagou, ficando conhecido como Toyotismo.

O toyotismo penetra, mescla-se ou mesmo substitui o padrão fordista dominante, em várias partes do capitalismo globalizado. Vivem-se formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são também agudos, no que diz respeito aos direitos do trabalho. Estes são desregulamentados, são

flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se a sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção. Diminui-se ou mescla-se, dependendo da intensidade, o despotismo taylorista, pela participação dentro da ordem e do universo da empresa, pelo envolvimento manipulatório, próprio da sociabilidade moldada contemporaneamente pelo sistema produtor de mercadorias. (ANTUNES, 2002, p. 23).

Nesse modelo, assume-se que não é a separação milimétrica das atividades que aperfeiçoará o trabalho, mas sim a acumulação das mesmas, associada ao aperfeiçoamento do profissional, atribuindo-lhe várias tarefas diferentes, evitando-se a fadiga da repetição maçante.

Decorrente dessa acumulação, temos então o aumento da energia necessária para a realização das atividades, obrigando o trabalhador a responder agora não mais somente por uma obrigação, mas sim por várias.

Coriat (1992b, p 27-30. *apud* Antunes 2002) enumera 04 (quatro) fases para a implantação do toyotismo:

primeira: a introdução, na indústria automobilística japonesa, da experiência do ramo têxtil, dada especialmente pela necessidade de o trabalhador operar simultaneamente com várias máquinas. Segunda: a necessidade de a empresa responder à crise financeira, aumentando a produção sem aumentar o número de trabalhadores. Terceira: a importação das técnicas de gestão dos supermercados dos EUA, que deram origem ao kanban. Segundo os termos atribuídos a Toyoda (*sic*), presidente fundador da Toyota, "o ideal seria produzir somente o necessário e fazê-lo no melhor tempo", baseando-se no modelo dos supermercados, de reposição dos produtos somente depois da sua venda. Segundo Coriat, o método kanban já existia desde 1962, de modo generalizado, nas partes essenciais da Toyota, embora o toyotismo, como modelo mais geral, tenha sua origem a partir do pós- guerra. Quarta fase: a expansão do método kanban para as empresas subcontratadas e fornecedoras. (p.30)

O avanço tecnológico marca agora a nova organização de trabalho proposta pelo modelo toyotista, há a partir de então um achatamento das estruturas organizacionais, ocasionando o chamado desemprego estrutural,

Que atualmente esparrama-se por todo o mundo, em dimensões impressionantes, e que não poupa nem mesmo o Japão, que nunca contou com excesso de força de trabalho. Desemprego este que é o resultado dessas transformações no processo produtivo, e que encontra, no modelo japonês, no toyotismo, aquele que tem causado maior impacto, na ordem mundializada e globalizada do capital. Por isso não temos dúvida em enfatizar que a ocidentalização do toyotismo (eliminados os traços

singulares da história, cultura, tradições que caracterizam o Oriente japonês) conformaria em verdade uma decisiva aquisição do capital contra o trabalho.” (ANTUNES, 2002, p.39).

Com a implantação e difusão do toyotismo, temos então uma nova forma de organização que afronta os moldes clássicos do trabalho, porém, com o intuito de preservar o capital em declínio dos trabalhadores. O século XX torna-se a época da mudança, mas não uma mudança qualitativa e sim uma mudança somente estrutural, conservando o pensamento indicado por Marx (1996) e mais tarde por Castel (2010), de exploração e coerção do trabalhador e de sua mão de obra.

A partir de então sobressai-se o Neoliberalismo, propondo uma revisão ao liberalismo – que segundo Chaui (1997), faz com que o Estado eleja a auto regulação econômica como modo de operação, respeitando a propriedade privada. Já com o neoliberalismo e com presença ativa do Estado na regulação e manutenção desse bem-estar surgem repercussões importantes:

A classe trabalhadora fragmentou-se, heterogeneizou-se e complexificou-se ainda mais (Antunes, 1995). Tornou-se mais qualificada em vários setores, como na siderurgia, onde houve uma relativa intelectualização do trabalho, mas desqualificou-se e precarizou-se em diversos ramos, como na indústria automobilística, onde o ferramenteiro não tem mais a mesma importância, sem falar na redução dos inspetores de qualidade, dos gráficos, dos mineiros, dos portuários, dos trabalhadores da construção naval etc. Criou-se, de um lado, em escala minoritária, o trabalhador "polivalente e multifuncional" da era informacional, capaz de operar máquinas com controle numérico e de, por vezes, exercitar com mais intensidade sua dimensão mais intelectual. E, de outro lado, há uma massa de trabalhadores precarizados, sem qualificação, que hoje está presenciando as formas de part-time, emprego temporário, parcial, ou então vivenciando o desemprego estrutural. (ANTUNES, 2002, p. 169).

Com a contínua retirada das garantias trabalhistas, a flexibilização dos horários de trabalho e das rotinas e muitos outros artifícios para o desmantelamento do trabalho formal,

O neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, dotados de forte caráter destrutivo, têm acarretado, entre tantos aspectos nefastos, um monumental desemprego, uma enorme precarização do trabalho e uma degradação crescente na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias, que destrói o meio ambiente em escala globalizada. (ANTUNES, 2002, p. 164).

Esse movimento direcionado as novas formas de trabalho que como consequência primeira e mais visível tem o aumento de desemprego e da pobreza, também desencadeiam o que Cortina e Pereira (2009, p. 19, grifos do autor) chamam de pobreza como falta de liberdade. “La pobreza es ante todo *falta de libertad para llevar adelante los planes de vida que una persona tiene razones para valorar*: Es pobre quien no puede desarrollar lós proyectos vitales que podría desear razonablemente”.

Entende-se que o atual neoliberalismo desestruturante das relações de trabalho e que por consequência desencadeia o desemprego e a pobreza, retira não somente o poder de compra e participação econômica das pessoas, mas também suas possibilidades de planejar e viver livre.

Não se distancia muito do que acontecia no início das relações de trabalho retratadas por Marx (1996) e Castel (2010), onde o trabalhador raras vezes podia escolher onde e como trabalhar, sendo cerceado desse direito de escolha, e em uma análise mais profunda, também de seus projetos e possibilidades de viver e ser livre.

Quando se consultam os dados da Organização Internacional do Trabalho – OIT – é possível perceber que há 1 bilhão e 150 milhões de homens e mulheres que hoje se encontram realizando trabalhos parciais, temporários, dos quais uma parcela se encontra desempregada. (ANTUNES, 2003, pg. 64)

Castel (2010) e Antunes (2003) assumem então que advindo do neoliberalismo desestruturante das relações de trabalho surge a flexibilização do trabalho.

A flexibilidade não se reduz a necessidade de se ajustar mecanicamente a uma tarefa pontual. Mas exige que o operador esteja imediatamente disponível para adaptar-se as flutuações da demanda. Gestão em fluxo tenso, produção sob encomenda, resposta imediata aos acasos tornaram-se os imperativos categóricos do funcionamento das empresas competitivas. Para assumi-los, a empresa pode recorrer à subcontratação (flexibilidade externa) ou treinar seu pessoal para a flexibilidade e para a polivalência a fim de lhe permitir enfrentar toda a gama de novas situações (flexibilidade interna). (CASTEL, 2010, p. 517).

Passa-se então à fragmentação do trabalho em atividades desreguladas. O trabalhador não tem mais coesão tanto em sua atividade quanto em seu tempo de

trabalho. Dissolve-se a necessidade de suporte por parte do Estado em relação àqueles que trabalham.

A flexibilidade inaugura uma realidade frouxa, fluida, onde, trabalha-se de acordo com a demanda, ratificando depois a ideia de Bauman (2001) sobre uma sociedade cada vez mais fluida. A perspectiva de uma modernidade líquida permite uma reflexão fundamental, a saber, o trabalho, ao tornar-se “líquido” vê esse efeito operar essa transformação sobre toda a sociedade, denotando o lugar de centralidade do mesmo na ordem social. Acentua-se a necessidade de trabalhar, independente de quais são as condições, pois o novo modelo corrobora com essa ideia.

Aquino (2008) assume que a flexibilização do trabalho desencadeará a precarização desse mesmo trabalho, caracterizada principalmente pelo:

- a) desmantelamento dos direitos trabalhistas e;
- b) flexibilização dos horários e meios de trabalho.

Observa-se o desmantelamento dos direitos trabalhistas principalmente nos novos contratos de emprego, sendo a terceirização um dos exemplos mais prementes dessa precarização, porém é “possível localizar em outros momentos históricos, características de vulnerabilização e fragilidade dos vínculos laborais. O que torna a precarização um tema de relevo nos dias de hoje é sua ampliação e generalização” (AQUINO, 2008, p.171).

Castel (2010, p.561) afirma que “a maior parte das proteções sociais são heranças de uma época passada, quando compromissos sociais eram compatíveis com o imperativo do mercado”.

Já a flexibilização dos horários e meios de trabalho são observadas nas novas jornadas de trabalho, onde o tempo do trabalho não é mais dividido do tempo social. Agora, além de ter que operar vários equipamentos ao mesmo tempo e ter várias competências, o trabalhador também deve estar sempre disponível para realizar suas atividades laborais.

Hirata (2011) afirma que,

o trabalho precário conduz à intensificação do trabalho, porque há uma ameaça sobre os trabalhadores estáveis dos que estão desempregados e que procuram trabalho, e estão dispostos, de certa forma, a aceitar condições salariais e condições de trabalho mais difíceis e mais penosas. Ao mesmo tempo, essa intensificação é também o resultado das novas formas de organização do trabalho e da produção. Trata-se de organizações flexíveis do trabalho e da produção, essenciais para a própria reprodução do sistema de trabalho e de emprego no momento atual. (p. 18).

O trabalho precarizado, estende-se pela modernidade assumindo uma imagem satisfatória, inculcando nos trabalhadores precarizados a mensagem de que esse novo modelo é o correto (Aquino, 2008) e que essa fórmula representa uma evolução em relação aos anteriores – taylorismo, fordismo, toyotismo – porém, Bauman (2001, p.155), questiona se ‘uma novidade particular significa de fato um aperfeiçoamento’.

Considerava-se trabalho, a jornada diária e pré-definida onde durante algumas horas o indivíduo produzia mais valia, ou seja, depositava sua força de trabalho em algo, a fim de transformá-lo em um objeto com valor de troca.

A precarização, sob o nome de flexibilização, acaba por se constituir uma resposta ‘contemporânea’ do capital que articula novos modelos de temporalidades e vínculos laborais que vulneram os direitos básicos dos trabalhadores. (AQUINO, 2008, pg. 174).

Atualmente perdeu-se a compreensão temporal do trabalho e a garantia de continuidade baseada no desenvolvimento satisfatório da atividade. Sempre há alguém que pode assumir o trabalho por um salário menor, realizando as mesmas atividades.

Dessa forma, o trabalho na atualidade – ou modernidade – desestrutura condições históricas para o desenvolvimento da atividade. A precarização dissolve as relações entre empregado e empregador, diminuindo sensivelmente a quantidade de trabalhadores formais, exacerbando o contingente de precarizados dispostos a assumir – independente das condições trabalhistas – empregos precários.

Todo o percurso apontado sobre o trabalho desloca a ideia de seguridade e certeza antes agregada ao ato de trabalhar – trabalhava-se dentre outros motivos, para se construir o futuro. O surgimento de novos meios de trabalho totalmente

novos e que coexistem com os já existentes, coloca em dúvida qual deles é o mais correto, mais justo e melhor adaptado à modernidade.

A atividade de catação de materiais recicláveis é considerada uma atividade relativamente nova, porém suas características a classificam como precarizada.

o trabalho na catação se qualifica como precário por princípio, dadas as condições objetivas para sua realização e seu impacto na vida e na saúde dos trabalhadores nele envolvidos. Por outro lado, pode ser também inserido na categoria de precarizado tendo em vista que se trata de uma atividade que surge como resultado da nova conformação do mundo do trabalho. (MACIEL et al, 2011, pg. 72).

A catação, como atividade precarizada, demanda então uma compreensão de suas especificidades e particularidades a fim de desvelar seus impactos não somente no corpo físico daqueles que a desenvolvem, mas também os conflitos, angústias e sofrimentos decorrentes desse tipo de trabalho.

O cooperativismo, baseado nos ideais de enfrentamento ao desemprego (Lima, 2004), acolhe a catação de materiais recicláveis tornando-se necessário então, para o desenvolvimento deste estudo, um aprofundamento teórico a cerca de sua trajetória.

Dessa forma, passa-se a discorrer sobre o surgimento das cooperativas, seu desenvolvimento e o início de suas atividades no Brasil. Em seguida será apresentado um panorama da catação de materiais recicláveis no Brasil, em Fortaleza e em Icó.

3 O COOPERATIVISMO NO MUNDO, E NO BRASIL.

Compreender o modelo cooperativista faz-se necessário devido a sua complexidade e diversidade. Dessa forma, passa-se então a uma breve explanação sobre a gênese do cooperativismo tanto no mundo quanto no Brasil. Em seguida, segue-se a explanação do contexto da catação, primeiramente em um âmbito nacional, afinando-se para a região nordeste e para a cidade de Fortaleza, finalizando-se então com a caracterização da cidade de Icó, onde a pesquisa desenvolveu-se.

3.1 Gênese

Para Lima (2004),

As cooperativas de trabalho e de produção surgem com o trabalho industrial e com o movimento operário no século XIX. O movimento cooperativista fundou-se inicialmente com os socialistas utópicos, que propunham a autogestão do trabalho como reação defensiva ao desemprego e às condições vida e de trabalho dos operários industriais. Com princípios democráticos e igualitários, propunha o associativismo no trabalho ainda dentro do capitalismo ou como forma de superar o capitalismo. (p.46)

É o caráter de enfrentamento ao capitalismo em uma perspectiva de superação do mesmo que move o cooperativismo desde sua gênese e que o destaca já que ele depende basicamente da organização daqueles que detém a força de trabalho para se firmar.

Lima (2004) aponta o ano de 1844 como o de instauração da primeira cooperativa na Inglaterra. O modelo foi crescendo e se moldando à realidade até que em 1852, “foi promulgada a lei das Sociedades Industriais e Cooperativas, que passou a regular as relações das cooperativas com o Estado.” (LIMA, 2004, p. 46).

Ainda segundo Lima (2004), 1895 marca a criação, em Genebra, da Aliança Cooperativa Internacional que retificou os princípios do cooperativismo mundial,

A adesão voluntária e livre de seus membros; a gestão democrática; a participação econômica dos membros na criação e no controle do capital; a educação e a formação dos sócios; a intercooperação no sistema cooperativista. Desde o início, entretanto, surgiram denúncias da existência de falsas cooperativas, uma das artimanhas de empresários para pagarem menores salários. (p. 47)

Essas são as diretrizes que devem guiar o cooperativismo mundial, porém, como já citado anteriormente, muitos se utilizam da nomenclatura cooperativista e de seu signo para constituição de organismos que não seguem completamente – em alguns casos, nem mesmo parcialmente – suas diretrizes.

Segundo Singer (1999), um dos expoentes do tema no contexto brasileiro:

O cooperativismo tem crescido, como reação dos trabalhadores contra o desemprego em massa e a exclusão social, provocados por revoluções industriais (causadoras de desemprego tecnológico) e/ou por depressões econômicas. Um surto importante de cooperativismo ocorreu no fim do século passado, na Europa Ocidental e na América do Norte, em função destes fatores. Após a 2ª Guerra Mundial, o pleno emprego perdurou por cerca de 30 anos nos países industrializados, durante os quais os trabalhadores assalariados conquistaram melhorias salariais e direitos no quadro do Estado de Bem-Estar Social. Neste período o interesse pelo cooperativismo por parte do movimento operário mais combativo decresceu, pois a conquista do poder estatal torna-se prioritária. (p. 03)

O autor ainda demonstra que por volta de 1970, crises econômicas atingiram todos os países aumentando os índices de desemprego, aliando-se a isso à desestruturação financeira causada pela globalização financeira. Dentro desse cenário, a classe trabalhadora se viu atingida em seus direitos e isso impulsionou novamente o cooperativismo.

Desde então, esse modelo segue como alternativa ao modo de trabalho formal vigente. Ele se apresenta como algo diferenciado para condutas, convivência e distribuição de lucros realizados dentro do ambiente laboral.

No Brasil, segundo Amaral (2001), logo após seu descobrimento, os jesuítas observavam a cooperação entre os índios e se utilizavam dessas técnicas em suas missões messiânicas, e isso já podia ser interpretado como uma cooperatividade primitiva, porém, somente ao fim do século XIX é que o cooperativismo chegou oficialmente ao país, influenciado pelo pensamento político-social trazido com os imigrantes europeus.

O marco inicial deu-se em 1847 nos sertões do estado do Paraná, com a fundação da Colônia Teresa Cristina pelo médico francês Jean Maurice Faivre, mas que não durou muito devido a falta de ambiência política e econômica favorável, sendo seu grande ofensor o regime trabalhista da escravidão. (p. 34)

Amaral (2001) afirma ainda que “o quadro começou a se reverter por ocasião das primeiras migrações europeias, já no final do século XIX, que começaram a substituir, no sul do país os escravos na lavoura” (p. 34).

De acordo com o Portal do Cooperativismo de Crédito (2012), “somente em 1887 surgiu a primeira cooperativa no Brasil denominada Cooperativa de Consumo dos Empregados da Companhia Paulista, em Campinas/SP.”

A partir desse marco então foram criadas outras cooperativas em todo o Brasil, sendo que as primeiras foram as agrícolas e as de consumo, seguidas pelas de crédito (SIMIONI *at al.*, 2009, p. 743).

Atualmente, segundo dados do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) (2012), no Brasil há 6.586 (Seis mil quinhentas e oitenta e seis) cooperativas cadastradas na Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, representando 10.008.835 (Dez milhões, oito mil, oitocentos e trinta e cinco) associados. Se dividirmos os dados por regiões teremos a seguinte tabela:

Quadro 1– Cooperativas e Associados agrupados por regiões brasileiras.

Regiões	Cooperativas	Associados
Sudeste	2.349	4.702.109
Nordeste	1.728	550.138
Sul	1.050	3.947.600
Norte	789	164.886
Centro - Oeste	660	644.102

Fonte: Sescoop, 2012

Deve-se notar que mesmo a região Nordeste se destacando como segunda em número de cooperativas, ela figura como a penúltima em quantidade de cooperados, apontando uma provável aglomeração de cooperativas com poucos associados, constituindo-se, na sua maioria, como cooperativas familiares –

compostos por membros da mesma família – e também, de tamanho e porte pequenos.

Segundo a OCB (2012) podemos dividir o cooperativismo em 13 ramos, sendo eles:

- a) Agropecuário – constituído por cooperativas de produtores rurais, agropastoris e de pesca. Caracterizam-se pelos serviços prestados aos associados, como recebimento ou comercialização da produção de forma conjunta, armazenamento e industrialização, além da assistência técnica, educacional e até social;
- b) Consumo – cooperativas que têm como finalidade a compra de artigos de consumo para os cooperados. Estão subdividas em fechadas e abertas. As fechadas são as constituídas apenas por pessoas ligadas a uma mesma cooperativa, sindicato ou profissão, que, por sua vez oferece as dependências, instalações e recursos humanos ao funcionamento da cooperativa. Abertas são as que admitem qualquer pessoa que deseje se associar à cooperativa;
- c) Crédito – cooperativas destinadas a promover a poupança e financiar necessidade ou empreendimentos dos cooperados. Pode atuar no crédito rural e urbano, mediante autorização do Banco Central. Atualmente, o ramo Crédito possui três sistemas: Sicoob (Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil), Sicredi e Unicred;
- d) Educacional – composto por cooperativas de professores, que se organizam como profissionais autônomos para prestarem serviços educacionais; por cooperativas de alunos de escola agrícola que, além de contribuírem para o sustento da própria escola, podem produzir excedentes para o mercado, mas tem como objetivo principal a formação cooperativista dos seus membros; por cooperativas de pais de alunos, cujo objetivo é propiciar melhor educação aos filhos, administrando uma escola e contratando professores, e por cooperativas de atividades afins;

- e) Especial – cooperativas constituídas por pessoas que necessitam ser tuteladas ou que se encaixem em situações previstas nos termos da Lei 9.867, de 10 de novembro de 1999, como deficiência física, sensorial e psíquica, ex-condenados ou condenados a penas alternativas, dependentes químicos e adolescentes a partir de 16 anos em situação de vulnerabilidade familiar, econômica, social e afetiva;
- f) Habitacional – composto por cooperativas, cujo objetivo é a construção, manutenção e administração de conjuntos habitacionais para o seu quadro social. Este ramo esteve muito tempo vinculado ao Banco Nacional da Habitação (BNH) e ao Instituto Nacional de Orientação às Cooperativas (INOCOOP), mas, com a extinção do BNH e a enorme demanda por habitação, esse ramo se rearticulou e partiu para o autofinanciamento. O exemplo mais contundente é o Projeto Águas Claras, em Brasília, DF, onde a maioria dos prédios está sendo construída pelo Sistema Cooperativista;
- g) Infraestrutura – formado por cooperativas que têm como finalidade atender direta e prioritariamente o próprio quadro social, com a realização de serviços essenciais como energia e telefonia, também estão incluídas nesse ramo as cooperativas de limpeza pública, de segurança, etc. As cooperativas de eletrificação rural têm por objetivo fornecer à comunidade serviços de energia elétrica, podendo repassá-la das concessionárias, ou ainda gerando sua própria energia. Algumas abrem seções de consumo para o fornecimento de eletrodomésticos, bem como de outras utilidades;
- h) Mineral – formado por cooperativas, cuja finalidade é pesquisar, extrair, lavar, industrializar, comercializar, importar e exportar produtos minerais. É um ramo com potencial enorme, principalmente com o respaldo da atual Constituição Brasileira, mas que necessita de especial apoio para se organizar. Os garimpeiros geralmente são pessoas que vêm de diversas regiões, atraídas pela perspectiva de

enriquecimento rápido, aglomerando-se num local para extrair minérios, sem experiência cooperativista. As cooperativas de garimpeiros muitas vezes cuidam de diversos aspectos, como saúde, alimentação, educação dos seus membros, além das atividades específicas do ramo;

- i) Produção – cooperativas dedicadas à produção de um ou mais tipos de bens e produtos, quando detenham os meios de produção. Para os empregados, cuja cooperativa entra em falência, a cooperativa de produção geralmente é a única alternativa para manter os postos de trabalho;
- j) Saúde – cooperativas que se dedicam à preservação e promoção da saúde humana. Atuam, hoje, em quatro áreas distintas: médica, odontológica, psicológica e de usuários. É um dos ramos que mais rapidamente cresceu nos últimos anos. Surgiu no Brasil e está se expandindo para outros países. Também se expandiu para outras áreas, como a de crédito e de seguros. Ultimamente, os usuários de serviços de saúde também estão se reunindo em cooperativas. Muitas cooperativas usam os serviços do ramo Saúde em convênios, cumprindo um dos princípios do sistema, que é a integração. Pela sua especificidade, número e importância, o Sistema OCB resolveu criar um ramo específico, incluindo nele todas as cooperativas que tratam da saúde humana. Portanto, uma cooperativa de veterinários, que não trata da saúde humana, é do ramo Trabalho;
- k) Trabalho – cooperativas que se dedicam à organização e administração dos interesses inerentes à atividade profissional dos trabalhadores associados para prestação de serviços não identificados com outros ramos já reconhecidos. As cooperativas de trabalho são constituídas por pessoas ligadas a uma determinada ocupação profissional, com a finalidade de melhorar a remuneração e as condições de trabalho, de forma autônoma. Este é um segmento

extremamente abrangente, pois os integrantes de qualquer profissão podem se organizar em cooperativas de trabalho;

- l) Transporte – cooperativas que atuam na prestação de serviços de transporte de cargas e passageiros. As cooperativas de transporte têm gestões específicas em suas várias modalidades: transporte individual de passageiros (táxi e moto táxi), transporte coletivo de passageiros (vans, ônibus, entre outros), transporte de cargas (caminhão, motocicletas, furgões, etc.) e transporte escolares (vans e ônibus);
- m) Turismo e Lazer – cooperativas que prestam ou atendem direta e prioritariamente o seu quadro social com serviços turísticos, lazer, entretenimento, esportes, artísticos, eventos e de hotelaria.

Simioni *at al.* (2009) afirmam que,

No Brasil, as cooperativas apresentam-se em diferentes situações: algumas em situação econômica privilegiada; outras ainda buscando formas de sobrevivência e adequação à realidade e, as demais, impossibilitadas de operar por causa de dificuldades financeiras e em processo de autoliquidação. (p.740)

Podemos citar como modelo de cooperativa que se encontra em situação privilegiada, por exemplo, a Confederação Nacional das Cooperativas Médicas (Unimed) – cooperativa de trabalhos médicos que atua em praticamente todo o Brasil. Ela surgiu, segundo Duarte (2001), em 1967 em Santos, São Paulo. “Em 1977, eram 60 em todo o Brasil. No início da década de 1970, surgiram as primeiras federações: São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. A confederação foi fundada, em 1972” (p. 1002).

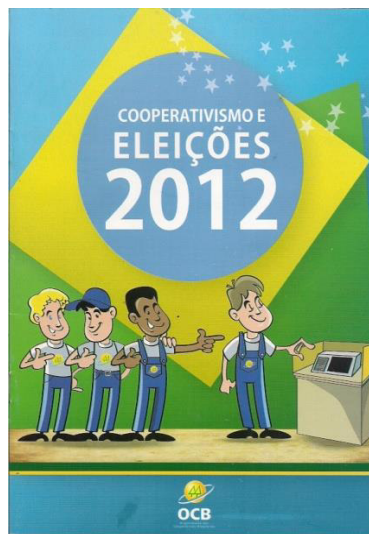
Segundo dados atuais do portal da Unimed, conta-se hoje com:

367 cooperativas médicas, que prestam assistência para mais de 18 milhões de clientes em todo País... mais de 112 mil médicos, 3.097 hospitais credenciados, além de pronto-atendimentos, laboratórios, ambulâncias e hospitais próprios e credenciados (Unimed, 2012).

Atualmente a OCB atua de várias formas, na perspectiva de capacitar e desenvolver, tanto àqueles que desejam empreender pelo cooperativismo, quanto

àqueles que já fazem parte do movimento. Podemos citar cartilhas (Cooperativismo Como Alternativa de Desenvolvimento, Integrar Setores do Cooperativismo Brasileiro, O Desenvolvimento do Ceará pelas Mãos do Cooperativismo e Cooperativismo e Eleições 2012), como sendo uma das mais difundidas estratégias para galgar esse fim.

Figura 1 – Cartilha Cooperativismo e Eleições 2012 da OCB



Fonte: OCB

O conteúdo desta cartilha aponta uma extrapolação do papel comum de apoio às cooperativas, pois discute questões que normalmente não são tocadas – a) Como se dá atuação política das cooperativas?; b) Como uma cooperativa apoia um candidato ou um partido político?; c) Como ficam as doações feitas por cooperativas?; d) Os membros dos órgãos sociais de cooperativas podem candidatar-se a cargos políticos?; e) Como a OCB e as Organizações de Cooperativas Estaduais (OCE's) podem contribuir com o processo eleitoral?

Recentemente a OCB/CE lançou um projeto chamado “Cooperativismo no Ceará: Sociedade, História e Memória”, com o intuito de resgatar a história do cooperativismo no estado. Dessa maneira não há ainda registros históricos seguros sobre o desenvolvimento dessa atividade em terras alencarinhas.

Essas iniciativas demonstram uma forte rede de suporte e base para o cooperativismo, apontando uma notável organização, porém devemos lembrar que

toda essa estrutura se dirige somente àqueles cadastrados ou os que procuram informações. Dessa forma os números divulgados certamente não demonstram as dimensões reais de cooperativas espalhadas por todo o território nacional. O mais preocupante é sabermos que há uma grande parcela que por não ser cadastrada não tem acesso a tudo o que é disponibilizado.

Deve-se lembrar ainda que muitas cooperativas assim se denominam sem o ser, organizando-se das mais diferentes formas de gestão, incorporando ao universo cooperativista facetas que não necessariamente lhes pertence.

Mesmo sem uma compreensão do tamanho total do cooperativismo no país, faz-se necessário agora apresentar a atividade propriamente dita da catação, pois mesmo àqueles que não são reconhecidos ou contabilizados em dados oficiais realizam a catação de materiais recicláveis, e mesmo dentre eles há grandes diferenças no modo de trabalho.

4 AS COOPERATIVAS DE CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL.

Os catadores representam uma parcela da população que normalmente é esquecida tanto pela população quanto pelo poder público. Trabalhando por conta própria ou organizados em cooperativas, eles buscam diariamente seu sustento naquilo que é descartado.

Compreender a dinâmica existente no labor dessas pessoas torna-se então primevo para o desenvolvimento desse estudo. Dessa forma, passa-se então a explanação acerca dos variados modelos de gestão apresentados pelas cooperativas no Brasil, em Fortaleza e em Icó.

4.1 Brasil e Fortaleza

Segundo Bosi (2008),

“a cata de recicláveis geralmente tem sido apreendida como uma modalidade de trabalho ‘autônomo’, uma ‘invenção’ do próprio trabalhador, uma ‘oportunidade’ em meio às reconhecidas mudanças do mundo do trabalho responsáveis pelo encolhido número de empregos formais” (p.102).

A coleta de lixo e sua separação em materiais reaproveitáveis são atividades realizadas, predominantemente, pelo segmento populacional pobre dos centros urbanos. De acordo com Medeiros e Macêdo (2006), Sousa e Mendes (2006), Velloso (2005) e Mota, Valença e Silva (2004), os catadores, na sua grande maioria, apresentam baixa escolaridade e estão excluídos do mercado de trabalho formal. Eles aderiram ao trabalho de coleta como alternativa frente à necessidade de sobrevivência.

Gonçalves (2012) estima que “1 em cada 1000 brasileiros é catador. E 3 em cada 10 catadores gostariam de continuar na cadeia produtiva da reciclagem mesmo que tivessem uma alternativa”. Ele ainda cita que há divisões entre as formas de se organizar e catar os materiais. Segundo ele, são quatro as divisões por catação:

- Trecheiros - aqueles que vivem entre uma cidade e outra (trecho) e que catam latas para comprar alimentos;
- Catadores de Lixão – catam diuturnamente e fazem seu próprio horário, normalmente mantém outros empregos temporários (pintor, pedreiros e etc.);
- Catadores Individuais – catam por conta própria muitas vezes com carrinhos arrendados pelos donos de depósito;
- Catadores organizados – trabalham em grupos autogestionados organizados ou em fase de organização: cooperativas, associações, Organizações Não Governamentais (ONGs). Esses ainda se dividem em mais seis categorias.

O quadro abaixo demonstra essas seis formas – ou níveis – de organização atualmente das cooperativas, são eles:

Quadro 2 – Formas de organização dos “Catadores Organizados”

Tipo	Características
Grupos em organização	Desprovidos de infraestrutura esses catadores se unem a fim de fortalecer sua força de trabalho
Catadores organizados autogestionários	Reais cooperativas que atuam de forma democrática e todos os participantes tem influência nas decisões. O lucro é repartido igualmente e há transparência nas transações financeiras
Redes de cooperativas autogestionárias	Grupos de catadores organizados autogestionados que se reúnem a fim de fortalecer seus empreendimentos. Em rede eles podem comprar por preços melhores e negociar valores devido à quantidade de material negociado
Coopergatos	Grupos não autogestionários, normalmente tem um

	dono e funciona como uma empresa privada, sem os benefícios sociais que uma empresa privada teria que fornecer.
Cooperativas de Sucateiros	Sucateiros (donos de sucatas) se regularizam seus negócios como cooperativas em exploram catadores de rua.
Cooperativas de apoiadores	Grupos de catadores organizados por pessoas que não tem histórico na catação e se auto-declaram catadores. Exercem uma liderança sem compromisso com o processo emancipatório dos catadores.

Fonte: www.lixo.com.br

Conforme Mota, Valença e Silva (2004), a jornada de trabalho de um catador varia entre 09 e 15 horas por dia. Eles realizam as suas atividades em condições insalubres, sendo que a maioria não utiliza os equipamentos de proteção individual. Essa atividade laboral é considerada algo pouco nobre na nossa sociedade, provocando inúmeros reflexos na identidade pessoal e no reconhecimento social desses trabalhadores.

De forma expressiva, esse segmento da população desenvolve sua atividade em condições extremamente precárias. São milhares de homens e mulheres com peles queimadas e ressecadas pelo sol, que carregam diariamente pelas ruas e avenidas carrinhos pesados, vendem sua força de trabalho sem nenhuma garantia trabalhista e experimentam uma identidade social que os estigmatiza e os humilha. (MOTA, VALENÇA, SILVA, 2004, p. 241)

De acordo com Sousa e Mendes (2006, p. 17), “os catadores, em geral, se confundem com populações de rua e se constituem de homens, mulheres e crianças que diariamente vasculham o lixo em ruas e lixões”, dificultando assim o reconhecimento deles, pela sociedade, como catadores ou recicladores. Dessa forma, eles constantemente são confundidos com vagabundos.

A proximidade com o que é descartado, a constante jornada diária enfrentada nas ruas sem uma localização espacial definida – um escritório, uma sala de trabalho ou um ambiente laboral dividido com outros indivíduos – agregados ao fato de que em sua maioria, os catadores encaram essa atividade como única alternativa ao desemprego, contribuem para a construção de uma autoimagem negativa.

Mesmo cercada por adversidades a catação,

parece permitir a esses indivíduos se assumirem como trabalhadores, mesmo reconhecendo os estereótipos negativos que lhes são atribuídos. Os estereótipos de burro, lixeiro e ladrão, embora estigmatizantes, parecem não ser totalmente incorporados por esses trabalhadores, uma vez que eles não assumem esse discurso como seu, atribuindo-se ao outro. (MATOS; MAIA; MACIEL, 2012, pg. 244).

O reconhecimento por parte dos catadores como trabalhadores os coloca em um grupo, cria vínculos e possibilita assim a construção de uma identidade mais firme, como indicam Matos, Maia e Maciel (2012). Porém, “no caso dos catadores, eles não podem abandonar o grupo por motivos objetivos, uma vez que possuem pouca ou nenhuma qualificação profissional [...]”. (p. 245)

O modo como os catadores são tratados não reflete a importância de sua atividade, pois ao mesmo tempo que são tidos como margem da sociedade, eles contribuem para a diminuição da produção de lixo e resíduos, sendo essa uma das atividades mais importantes para a preservação do ambiente com reflexos em toda a sociedade.

Segundo Mota, Valença e Silva (2004) são contraditórios os modos como o capitalismo se apropria dos recursos naturais para a produção de riquezas e ao mesmo tempo esgota esses recursos, de forma a já serem vislumbrados panoramas de escassez.

Como consequência direta do uso desenfreado dos recursos naturais, tem-se a produção constante de materiais e historicamente o descaso com a destinação do que é descartado. Agravando mais ainda a situação, temos a constante renovação de produtos, a veloz criação de novos artigos (muitos deles

supérfluos) e a ideologia pós-moderna de que é necessário “ter para ser”, marca imperativa da sociedade do consumo.

Juntando-se todas essas particularidades pode-se entender a gênese e a necessidade de existir dos movimentos de preservação da natureza e de seus recursos. Se de um lado temos o capitalismo ávido por produzir e vender para obter lucro, do outro temos uma sociedade apta a comprar, e permeando esse contexto, temos o descaso com o que sobra dessa equação de compra e venda, o lixo.

Ainda com Mota, Valença e Silva (2004) são evidenciados três momentos cruciais para a instauração de políticas ambientais no Brasil e a difusão de uma consciência sobre o problema do descarte de materiais.

O primeiro momento se deu no início dos anos 30 e mais focado nas questões nacionais, mas, na prática, somente as regiões Sul e Sudeste (mais industrializadas e urbanizadas) foram pioneiras. O segundo foi influenciado pelo Clube de Roma em 1971 e pela conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1972, momento esse em que a pressão externa de movimentos ambientais se intensificou.

Já o terceiro momento elencado, é a própria Constituição brasileira de 1988, a primeira a tocar no assunto ambiental. Esses três momentos específicos ajudaram a implantar no Brasil uma consciência acerca do problema do meio ambiente e, conseqüentemente, propiciaram a abertura para a discussão dessas questões.

Com a proliferação das questões ambientais no Brasil surge então a possibilidade de desenvolvimento de trabalhos e atividades nessa área, e as cooperativas, assim como empresas privadas, avançaram nessa perspectiva.

A proliferação de cooperativas, a partir da década de 90, é resultante das transformações na economia mundial e na dinâmica dos mercados de trabalho. Cooperativas, segundo Schenini (2006), assemelham-se às empresas comuns, já que também são sociedades de pessoas jurídicas e de natureza civil. Entretanto,

apesar desse caráter empresarial, não estão sujeitas à falência, sendo desta forma, uma ação pública possível para o enfrentamento do desemprego.

Outra alternativa possível para confrontar a problemática do mercado formal de trabalho, para Andrioli (2002), seria o trabalho associado, sendo este uma ação onde se unem pessoas enfrentando os mesmos tipos de problemas e necessidades, na tentativa de que se efetive o interesse comum.

As cooperativas de catadores visam facilitar a venda do material reciclável, excluindo a figura do intermediador, o que pode conferir ao catador uma maior autonomia e controle sobre o seu próprio trabalho. No entanto, percebe-se o quão difícil é a permanência desses tipos de organizações, já que na atual sociedade pós-salarial o que impera são as práticas de competitividade e individualismo.

Fortaleza como a 5^o (quinta) maior capital do país deveria ter um programa avançado que servisse de modelo para as demais cidades, porém o que se constata são apenas algumas iniciativas voltadas para esse tema.

Com base na pesquisa realizada pelo Instituto Municipal de Pesquisas, Administração e Recursos Humanos (IMPARH) (2006) acredita-se que em Fortaleza existam aproximadamente de seis a oito mil catadores, estes em condições de trabalho precárias. Os catadores dependem de atravessadores para a efetivação do seu negócio, ou seja, a venda do material para as usinas.

Em Fortaleza, os donos de depósitos fazem a mediação entre o catador e a usina de reciclagem, exceto no caso das associações de catadores em que essa mediação é realizada pelo presidente da associação, evitando assim o chamado atravessador. A associação constitui-se numa estratégia utilizada pelos catadores para a comercialização do material reciclável coletado durante a sua rotina diária.

Em Fortaleza há aproximadamente 16 associações de catadores de material reciclável que funcionam como cooperativas, embora não sejam formalizadas como tal, dadas a complexidade burocrática e o custo operacional envolvido. No entanto, a prefeitura e o governo estadual reconhecem sua existência e buscam fornecer algum tipo de assistência na forma de doação de espaços e meios para o transporte dos materiais, incluindo os carrinhos utilizados na atividade de catação e o caminhão para

o transporte do material catado e separado para as indústrias. Algumas associações recebem ajuda também de ONGs² internacionais e nacionais e de setores da Igreja Católica. (MACIEL *at al*; 2011; p. 73)

Vemos ainda organizações que não se dizem cooperativas, porém recebem os materiais coletados, mas se utilizam da informalidade do trabalho dos catadores. Em certa ótica, essas organizações se utilizam do trabalho dos catadores como se fosse uma associação, mas deixa de fora as questões chave do cooperativismo, negando a participação dos colaboradores nas decisões.

Na cidade de Fortaleza temos aproximadamente 91.829,93 (ton)² de lixo produzidos por mês. A destinação tradicional dada a esse material são os aterros sanitários, porém, sabe-se que esses aterros têm todo um contingente de problemas, que vão desde a contaminação do solo e das águas subterrâneas, até a aglomeração de pessoas que retiram seu sustento do que é descartado por outros.

Fortaleza, mesmo sendo a capital do Estado, apresenta profundos problemas relacionados à catação. Dessa forma, pode-se supor que cidades com aportes financeiros menores certamente também apresentarão problemas ligados à destinação do lixo e, por consequência, também com a catação de materiais recicláveis.

Compreender a necessidade de uma investigação mais aprofundada em regiões que normalmente não são escolhidas para essas atividades proporcionou então o desenvolvimento do estudo em Icó, no interior do Estado.

4.2 Icó

Localizado na região centro sul do Estado, o município não dispõe de aterros sanitários, e dessa forma a destinação do lixo ainda é realizada em um espaço conhecido como lixão – a céu aberto e sem nenhum tratamento do que é

² Dados disponíveis no portal <http://www.reciclaveis.com.br/resecec.html> Acesso em: 20/06/2013.

descartado. Além disso, está previsto a implantação de um aterro sanitário no município, o que certamente contribuirá para a mudança das dinâmicas existentes relacionadas à catação e destinação de materiais recicláveis.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2012), Icó está,

localizada a 375km de Fortaleza, atualmente o município é constituído de 6 distritos: Icó, Cruzeirinho, Lima Campos, Pedrinhas, São Vicente e Icózinho. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005.

Possui uma extensão territorial de 1872,003 km² a qual representa 1,26% do Estado do Ceará.

Em termos administrativos o município encontra-se localizado na Macrorregião de Planejamento do Cariri Centro-Sul e na Mesorregião geográfica do Sul Cearense e Microrregião Geográfica de Iguatu. (IBGE, 2012).

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômicas do Ceará (IPECE) (2011) a população residente de Icó em 2010 era de 65.456 habitantes, sendo 46,54% urbana e 53,46% rural. A densidade demográfica naquele ano foi de 34,97 hab/km².

Em termos de gênero, em Icó, a proporção entre homens e mulheres é quase equivalente tendendo um pouco para a maioria de mulheres, ou seja, do total de 65.4566 habitantes, 31.881 são do sexo masculino, representando 48,71%, enquanto que 33.575 são do sexo feminino, ou seja, 51,29% de mulheres de acordo com o Censo 2010, seguindo o padrão brasileiro³.

Sobre saneamento podemos citar o Código de Postura presente no Plano Diretor de Icó, em seu CAP. II da lei 551/2003, a política de saneamento ambiental do município deverá atender um total de 96 diretrizes que tratam de diversas questões como: educação ambiental, distribuição de água, proteção ambiental, esgotamento sanitário e coleta e disposição final de resíduos sólidos, poluição sonora, arborização dentre outros.

³

Ver: <http://www.ibge.gov.br/brasil_em_sintese/>

Dentre as diretrizes diretamente relacionadas à coleta e disposição final de resíduos sólidos destaca-se:

Art. 4º. Considera-se Poluição Ambiental, para efeito desta Lei, a presença, o lançamento ou a liberação no ar, nas águas e no solo, de toda e qualquer forma de matéria ou energia com intensidade, em quantidade de concentração ou com características capazes de tornarem ou virem a tornar as águas, o ar e o solo:

- I. impróprios, nocivos ou ofensivos à saúde;
- II. inconvenientes ao bem-estar público;
- III. danosos aos materiais, à fauna e à flora;
- IV. prejudiciais à segurança, ao uso e gozo da propriedade e às atividades normais da comunidade.

Art. 5º. Fica proibido, no Município, o lançamento ou liberação de poluentes, nas águas, no ar ou no solo.

Parágrafo único. Considera-se poluente, para efeito dessa Lei, toda e qualquer forma de matéria ou energia que, direta ou indiretamente, prejudique o meio ambiente, na forma do artigo anterior.

Art. 42. É de competência da Administração Municipal, em colaboração com os munícipes, o planejamento e execução do serviço de limpeza pública, mantendo limpa a área do Município mediante varrição, capinação e raspagem de vias públicas, bem como coletar, transportar e dar destinação final ao lixo.

§1º. O lixo coletado deverá ser destinado ao aterro sanitário.

§2º. Em caso de lixo reaproveitável ou reciclável a Administração Municipal poderá definir locais especiais para a sua disposição, ouvido o Conselho de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. (Plano Diretor de Icó, 2003)

Atualmente Icó não dispõe de aterro sanitário, despejando seu lixo em uma área chamada popularmente de lixão, localizada a céu aberto. Observando tais diretrizes, constata-se que a instalação de um aterro sanitário no município estaria em total acordo com aquilo que se encontra estabelecido no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), havendo necessidade de melhorar os serviços correspondentes tais como a coleta e a varrição e, mais ainda, promover a sensibilização da população para a importância da boa conduta ambiental.

Segundo site do Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC2) (2013), Icó está incluído em um investimento de R\$ 1.009.635,90 (um milhão, nove mil, seiscentos e trinta e cinco reais e noventa centavos) para elaboração de obras de saneamento junto com outras 20 (vinte) cidades.

4.3 A Atividade

O catador de material reciclável aparece como uma opção à destinação do que não é mais necessário, uma alternativa para a manutenção do consumo e do modo como o capitalismo se mantém. Estabelece-se um espaço justificado para o catador, já que ele é quem realiza uma atividade tida como “desqualificada” por boa parte da população.

A primeira discussão a surgir versa sobre o posicionamento do catador de materiais recicláveis em relação ao mercado de trabalho. Eles têm um trabalho ou um emprego?

Aquino (2008) mostra que,

o trabalho compreenderia a atividade que é realizada pelos seres humanos, de forma a atender suas necessidades – individuais e/ou coletivas – em termos de bens e serviços. Por outro lado o emprego compreende as condições sociais sob as quais se desenvolve o trabalho e todo o conjunto de garantias e direitos que são mediados por ele. (p. 172)

A atividade da catação aproxima-se mais do trabalho que do emprego, visto que ela não é uma escolha livre, onde o indivíduo opta por afinidade, mas sim uma alternativa à miséria e à exclusão social. Muitos relatam preferir ser um catador a não ter o que fazer ou ser rotulado como vagabundo.

Antunes (2002) já discutia essa separação entre trabalho e emprego questionando quais eram os termos do trabalho desde sua regulação, passando pela liberdade de escolha e as necessidades interpessoais para a aceitação do que era disponibilizado.

Mota, Valença e Silva (2004) discutem as formas de trabalho dentro da atividade da catação.

Considerada uma atividade autônoma ou “por conta própria”, a “catação de lixo” afigura-se como parte de um processo coletivo e combinado de trabalho que começa na rua e continua na fábrica de reciclagem. Transformado(as) em produtores(as) simples de mercadorias, à moda do período manufatureiro, os catadores e catadoras de “lixo” materializam uma das novas personas do trabalho reestruturado: estão integrados ao circuito

mercantil e produtivo, mas apartados das condições sociais que lhe asseguram os meios de proteção legais e institucionais, relacionados ao seu estatuto de trabalhador(a). (p. 72)

Medeiros e Macêdo (2006) propõem uma discussão necessidade *versus* escolha da atividade, perguntando-se se a catação é realmente uma alternativa de trabalho escolhida livremente ou se a urgência do emprego a transforma em única alternativa.

Muitos autores abordam a inclusão social tomando como referência principal a situação de desemprego. Assim, estar desempregado significa não estar integrado. Mas, o que dizer daqueles que trabalham sem, contudo, terem um emprego? Seria o desemprego o ponto de partida para a análise da inclusão/exclusão social de uma parcela de trabalhadores que desempenham trabalhos como a catação de material reciclável? (MEDEIROS; MACÊDO, 2006, p.64)

Estabelece-se aí uma preocupação com o posicionamento do catador nessa sociedade que de certa forma necessita dele para se manter como está. É o trabalho do catador de material reciclável, que transformando sua força de trabalho em produto, coletando aquilo que não se utiliza mais e que tem potencial de uso após a reciclagem, que apontará uma saída para o problema do descarte de materiais. Ele estabiliza uma cadeia que depende totalmente de sua atividade, pois o lixo e a catação ainda são vistos como uma coisa só, como algo menos nobre.

Migueles citado por Medeiros e Macêdo (2006, p.66) mostra que “o trabalho com lixo interfere tanto na identificação do catador com seu trabalho, como no reconhecimento da sociedade pelo trabalho desempenhado pelo catador.”.

Catar lixo é considerado uma atividade excludente pela própria natureza do tipo de trabalho. Entretanto em mídia geral, alguns estudiosos e instituições de diversos setores divulgam que a catação constitui uma possibilidade de inclusão social de uma parcela de trabalhadores. (BARROS, SALES e NOGUEIRA apud MEDEIROS; MACÊDO, 2006, p.66)

Castel (2010) tomava a desfiliação como a ausência de emprego e isolamento social. Em termos gerais pode-se afirmar que a fim de evitar uma

desfiliação o catador desponta como uma estratégia adaptativa do próprio capitalismo, que se utiliza dela para justificar suas atividades.

Todavia o que chama a atenção é a enorme capacidade que tem o capital para apropriar-se de um conjunto de situações, delas extraindo potencialidades que lhe permite transformar em acumulação de riqueza o que era obstáculo à lucratividade. Não por acaso, também no âmbito da concorrência capitalista, a relação entre produção e meio ambiente, passa a compor as estratégias de competitividade, incorporando nos chamados padrões de qualidade, quesitos relacionados à chamada gestão ambiental. (MOTA; VALENÇA; SILVA, 2004, p.77)

É na utilização da mão de obra do catador de material reciclável que o capital se reconstruiu. Instaurou-se a ilusão de que os catadores têm uma ocupação, e que essa ocupação tem todas as características de um emprego, porém o que se vê, é o capital transformando um obstáculo – a destinação de resíduos – em lucro, pois agora o que pode ser reaproveitado o será, e mais uma vez a mais valia falará mais alto, pois o resultado dessa atividade – a catação – retornará mais uma vez ao circuito de compra e venda, com as mesmas características de um produto produzido com o intuito da aglomeração de riquezas.

Dentro desta lógica, o catador não vende um produto palpável – material reciclável – mas sim, sua mão de obra, que será utilizada para fins de manutenção do próprio capitalismo.

Com tantas transformações ocorridas no mundo do trabalho contemporâneo, é de se esperar que a organização do trabalho também tenha se alterado devido à nova configuração do contexto do trabalho.

No processo de execução das suas atividades, o catador de material reciclável vai se moldando às condições e à organização de trabalho da realidade do seu cotidiano de trabalho. Para Abrahão e Torres (2004), a organização do trabalho é o elemento estruturador de todo o processo produtivo:

A organização do trabalho influencia o planejamento, a execução e a avaliação, permeando todas as etapas do processo produtivo. Ela prescreve normas e parâmetros que determinam quem vai fazer o que vai ser feito, como, quando e com que equipamentos/instrumentos; em que tempo, com que prazos, em que quantidade, com que qualidade, enfim, a organização

do trabalho constitui a “viga central” da produção. (ABRAHÃO & TORRES, 2004, p.68)

Os depósitos e as associações estabelecem as normas e os procedimentos com relação ao processo de coleta de material reciclável. Os coletores se adaptam as regras estabelecidas com relação ao instrumento de trabalho, ao valor do material coletado, bem como, onde o coletor poderá vender o material coletado durante o seu dia de trabalho.

No que concerne aos aspectos de saúde, Medeiros e Macedo (2006), Sousa e Mendes (2006), Velloso (2005) e Mota, Valença e Silva (2004) concordam que a realidade da profissão de coletor de material reciclável evidencia condições de trabalho precárias, em função do contato direto com os rejeitos dos lixões e ruas da cidade. No entanto, os autores ressaltam que eles não articulam como acidentes de trabalho os cortes, perfurações, atropelamentos e tantas outras situações de risco. Há concordância também nos relatos de desamparo governamental no que se refere aos direitos do trabalhador. Porém há divergências quanto à permanência na atividade.

O catador começou a trabalhar no ofício há doze anos. Antes, trabalhava como motorista, mas ficou desempregado. Assim, começou a catar papel, até encontrar outro emprego. Mais tarde, apesar de ter conseguido retornar a sua antiga profissão, Walter optou em ser catador. Tal opção está relacionada à sua contrariedade em ter que se submeter ao patrão ou abrir mão de sua autonomia. (VELLOSO, 2005, p.58)

A citação acima demonstra um caso de livre escolha, onde o indivíduo fez a opção de se manter na catação. No trecho a seguir encontramos o seguinte discurso: “Nada, não tem futuro nenhum. Porque o futuro da gente é o trabalho da gente, se o trabalho da gente não tá dando resultado, o futuro da gente também não vai dar em nada.” (MEDEIROS; MACÊDO, 2006, p.68).

A falta de hegemonia no entendimento das questões trabalhistas, discordância quanto à verdadeira autonomia para decidir sobre questões referentes à organização do trabalho, do tipo: como, onde e por quanto vender o material coletado, assim como, a não identificação com a importância de seu trabalho e o

desconhecimento das fases existentes no processo de reciclagem colocam o catador e a atividade de catação em uma posição delicada.

Segundo Aquino (2008)

A alteração dos princípios produtivos baseados no modelo industrial tem gerado o surgimento de uma grande variedade de formas de trabalhos assalariados e essa heterogeneidade demarcada pela flexibilização – descentralização das unidades de produção substituição da força de trabalho pela utilização de novas tecnologias, subcontratação de obras e serviços, novas formas de organização do trabalho - é responsável pela criação de novas formas de exploração laboral. (p. 174)

A criação de novas formas de exploração laboral é o que vemos no trabalho de catadores tanto nas grandes como nas pequenas cidades, dessa forma, o estudo aprofundado desse fenômeno em uma cidade como Icó torna-se legítimo devido a sua relevância social.

5 OBJETIVOS

5.1 Objetivo Geral

Identificar o processo de precarização na atividade de catação de material reciclável em uma cooperativa de materiais recicláveis em Icó – Ceará.

5.2 Objetivos Específicos

1. Compreender a estrutura de funcionamento das cooperativas.
2. Identificar a precarização como atuante em cooperativas.
3. Analisar o desenvolvimento da precarização em uma cooperativa de material reciclável em Icó – Ceará.

6 PROCESSOS METODOLÓGICOS

O desenvolvimento dessa pesquisa se dará de forma estruturada em 06 (seis) fases, cada uma delas representando um momento distinto da pesquisa e que serão justificados separadamente abaixo:

6.1 Levantamento bibliográfico

Após a delimitação do tema e do público alvo, deu-se início ao levantamento bibliográfico, pois ele representa o embasamento teórico necessário para a construção de uma tese consistente e consolidada, levando em consideração fontes científicas reconhecidas – livros, teses, dissertações, monografias, artigos de periódicos, informações da internet – para a construção de uma teia de informações relevantes sobre o assunto a ser discutido.

Dalberio e Dalberio (2009, p. 54) colocam que “cabe ao pesquisador definir quais são as fontes mais importantes para sua pesquisa e [...] independentemente do tipo de pesquisa e da metodologia empregada na investigação é necessário um embasamento teórico”.

Quanto maior o número de fontes, mais bem embasada a pesquisa, porém em alguns casos a escassez de fontes representa a necessidade de discussão acerca do tema por parte da comunidade científica, o que também se coloca como relevante.

Todas as referências estão listadas no capítulo de Referências Bibliográficas ao fim da dissertação, elaboradas seguindo o Guia de Normalização de Trabalhos Acadêmicos da Universidade Federal do Ceará – 2012, disponibilizado pela própria instituição de forma eletrônica.

6.2 Delimitação metodológica;

Essa etapa consiste na escolha dos meios para a captação e análise dos dados. É o momento de redução das possibilidades de métodos de pesquisa para àqueles que melhor contribuem para a construção de saberes.

Para a captação de dados será utilizada a pesquisa qualitativa, pois como demonstram Bauer e Gaskell (2000, p. 65) “o mundo social não é um dado natural, sem problemas: ele é ativamente construído por pessoas em suas vidas cotidianas, mas não sob condições que elas mesmas estabeleceram.”

Dessa maneira, com a pesquisa qualitativa há a possibilidade de compreensão de um recorte temporal, não de forma rígida, mais sim de maneira dinâmica, pois para essa abordagem a realidade está em constante mudança.

Bauer e Gaskell (2002) consideram pesquisa qualitativa as,

Entrevistas do tipo semi-estruturado com um único respondente (a entrevista em profundidade), ou com um grupo de respondentes (o grupo focal). Essas formas de entrevista qualitativa podem ser distinguidas, de um lado da entrevista de levantamento fortemente estruturado, em que é feita uma série de questões predeterminadas; e de outro lado, distingue-se da conversação continuada menos estruturada da observação participativa, ou etnográfica, onde a ênfase é em absorver o conhecimento local e a cultura por um período de tempo mais longo do que em fazer perguntas dentro de um período relativamente limitado. (P. 64)

Escolheu-se então as entrevistas semi-estruturadas como método mais apropriado para coleta de dados, pois a pesquisa se coloca metodologicamente no espaço de entendimento de uma realidade mutável, porém dentro de um recorte específico de tempo. Sendo assim, acreditou-se ser mais exitoso utilizar-se um roteiro semi-estruturado em vez de questionários densamente estruturados e fechados.

Essa decisão ainda repercutiu no próprio público alvo – catadores de material reciclável, participantes de uma cooperativa em Icó, Ceará – pois, devido à baixa escolaridade dos entrevistados, a entrevista semi-estruturada se coloca como

opção mais acessível, devido a seu caráter informal, parecendo-se mais com uma conversa.

6.3 Escolha do público alvo e pesquisa de campo;

Peter Spink (2003, p. 28) diz,

Campo-tema, não é um universo 'distante', 'separado', 'não relacionado', um 'universo empírico' ou um 'lugar para fazer observações'. Todas essas expressões não somente naturalizam mas também escondem o campo; distanciando os pesquisadores das questões do dia a dia. Podemos, sim, negociar acesso às partes mais densas do campo e em consequência ter um acesso mais presente em sua processualidade. Mas isso não quer dizer que não estamos no campo em outros momentos; uma posição periférica pode ser periférica, mas continua sendo uma posição.

Dessa forma, o campo já é considerado como sendo o que se destina a ser desde sua escolha, muito antes do pesquisador se deslocar para a área definida. O campo participa e modifica o pesquisador e sua pesquisa constantemente, fornecendo uma característica dinâmica ao trabalho.

A pesquisa então se desenvolveu em Icó, cidade situada a 375 Km (trezentos e setenta e cinco) de Fortaleza, em uma cooperativa de materiais recicláveis. Em um primeiro momento, houve a informação de que essa cooperativa se constituía somente por funcionários egressos do sistema carcerário, e esse foi um fator importante na determinação do município para o estudo.

A informação não confirmou-se como verídica porém Icó permaneceu como município base para o estudo devido a sua importância para o Estado e a premente construção de um aterro sanitário municipal, o que provavelmente influenciará toda a dinâmica de catação e reciclagem do local.

Foram realizadas duas visitas a Icó, sendo a primeira entre os dias 10 e 12 de outubro de 2012, com o intuito de conhecer a realidade e a dinâmica da catação de materiais recicláveis como também a destinação dada ao lixo na cidade. A segunda visita se deu durante os dias 04, 05 e 06 de fevereiro de 2013, visita essa

voltada para a realização de entrevistas com catadores de materiais recicláveis e pessoas diretamente envolvidas com a catação.

Observou-se na visita de campo realizada em 2012, que não há *contêineres* disponíveis para o lixo na cidade, fazendo com que os sacos de lixo sejam depositados na própria via, porém, há regularidade de coleta do material, resultando em uma cidade com aspecto geral de limpeza.

Ainda sobre este assunto, não foram detectadas lixeiras destinadas à coleta seletiva nas principais vias da cidade, e nem qualquer sinal de campanhas relacionadas à educação ambiental, sendo esta, aparentemente, uma necessidade urgente para o município.

Ficou constatado também durante a primeira visita de campo, em entrevistas informais com moradores, que atualmente existem duas cooperativas para catação de materiais recicláveis. Uma delas será identificada como “Cooperativa A” e a outra que não possui um nome fantasia estipulado será chamada de “Cooperativa B”.

Figura 2 : A esquerda Cooperativa A e a direita Cooperativa B



Fonte: Própria, 2012

Em visitas informais feitas às duas cooperativas, ficou constatado que as mesmas atuam de forma diferente do cooperativismo iniciado na Inglaterra em 1844, pois cada uma delas, mesmo se dizendo cooperativas, apresentam um modelo de empresa caracterizada pela figura de uma pessoa como dono, que ao fim das

atividades fica com a maior parte do lucro e paga um valor fixo para cada um dos catadores, configurando-se quase como um salário fixo. Tal modelo de funcionamento contradiz a prerrogativa proposta por Lima (2004):

A adesão voluntária e livre de seus membros; a gestão democrática; a participação econômica dos membros na criação e no controle do capital; a educação e a formação dos sócios; a intercooperação no sistema cooperativista. Desde o início, entretanto, surgiram denúncias da existência de falsas cooperativas, uma das artimanhas de empresários para pagarem menores salários. (p.47).

Ainda durante a visita informal às Cooperativas, foi possível haver um contato inicial com os catadores. Na Cooperativa A, o “dono” não se encontrava então realizou-se uma conversa informal com o catador que se autodenominava gerente do local. Já na Cooperativa B, o dono foi o interlocutor da conversa.

- Cooperativa A

A cooperativa se localiza na estrada entre Icó e o espaço denominado lixão, sendo esse um fator crucial para a sobrevivência do empreendimento. Ele – o gerente – relata que a cooperativa tem ao todo 18 catadores em idades variadas, desde 21 até 55 anos. Eles trabalham de segunda a sábado, tanto na coleta quanto na separação e reciclagem do material – alumínio, plástico, ferro e papel – e recebem semanalmente uma quantia acertada com o dono da cooperativa. Essa quantia é fixa, porém pode variar dependendo da quantidade de material coletado durante a semana.

Também relataram que vão diretamente ao local de despejo do lixo para realizar a catação, muitas vezes de carona nos próprios caminhões da coleta, e também realizam coleta com sacos e carrinhos. Afirmam que o lixo hospitalar é descartado separadamente do lixo comum, o que facilita a atividade.

Os catadores da Cooperativa A demonstraram ansiedade com a chegada uma nova máquina de reciclagem de ferro que o “proprietário” da cooperativa havia comprado, pois havia uma pilha de metal no lado de fora da cooperativa esperando

a chegada do maquinário correto para seu manuseio. A chegada dessa ferramenta e a reciclagem do ferro acrescentará um valor real à quantia recebida por eles semanalmente.

Figura 3: Aglomerado de metal na Cooperativa A



Fonte: Própria, 2012

Quando perguntado sobre a existência de outras cooperativas, o funcionário da Cooperativa A se limitou a afirmar a existência da Cooperativa B e a expressar seu total desacordo com o modelo de trabalho empregado por lá.

O “gerente” se mostrou inconformado quanto à existência e a forma como a outra cooperativa trata seus funcionários, porém se reservou o direito de não entrar em maiores detalhes, deixando nítida sua desaprovação quanto às políticas empregadas na cooperativa B.

- Cooperativa B

Como o “dono” não estava presente, não se pôde avaliar a destinação correta dos materiais reciclados, só foi repassada a informação de que eram revendidos para outros estados.

A cooperativa se localiza distante do aterro, em outro distrito – Lima Campos. Nessa cooperativa o próprio dono se dirige ao lixão, ele afirma também coletar materiais em outros distritos de Icó, usando um transporte próprio (ver foto)

para conseguir materiais recicláveis. Ele relata ir sozinho ou com outras pessoas que chama de funcionários, as quais também ficam responsáveis pela separação e reciclagem.

Figura 4 : Cooperativa B



Fonte: Própria, 2012

Ao todo, são cinco trabalhadores em idade variadas entre 18 e aproximadamente 60 anos (nenhum deles soube a idade do mais velho dos catadores, ausente no momento da entrevista), trabalham de segunda a sábado e recebem uma quantia variável, dependendo da quantidade de material reciclado, porém essa quantia não atinge um salário mínimo. Todos ainda relatam sobreviver exclusivamente dessa atividade.

O dono afirma revender toda sua produção para empresas como a Gerdau, situadas em outros Estados – Rio Grande do Norte e Paraíba – pois não há políticas públicas de apoio ou incentivo a atividade em Icó.

Dessa forma, os entrevistados confirmam a falta de estímulos governamentais para o desenvolvimento da atividade de catação e reciclagem no município – diferente do que define o PDDU:

§2º. Em caso de lixo reaproveitável ou reciclável a Administração Municipal poderá definir locais especiais para a sua disposição, ouvido o Conselho de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. (Cap III, Seção I, Art 42 da Lei 551/2003).

V. Adotar um sistema de gestão para disposição do lixo coletado e procurar agregar ao sistema de gestão dos resíduos sólidos os possíveis retornos financeiros diretos, seja através da venda de recicláveis, da compostagem de matéria orgânica, da produção de energia, entre outros; (Cap VI, Seção IV, Art 44 da Lei 456/2003)

X. Prover nas localidades pequenas áreas para a localização do lixo não reciclável; (Cap IV, Seção IV, Art 44 da Lei 456/2003)

A não elaboração desse sistema dificulta bastante a realização da atividade da catação, tendo conseqüências no repasse dos produtos – os catadores afirmam revender para empresas privadas do Ceará e de outros Estados.

Com base nos dados apresentados, decidiu-se pela implementação da pesquisa com a Cooperativa A, pois àqueles que trabalham nela, transitam em uma modalidade de trabalho diferenciada, cuja dinâmica de trabalho se sobressai devido a utilização da mão de obra dos catadores sem os reconhecer como funcionários mas delegando-os um salário fixo e abonos esporádicos.

Devido a política de trabalho da Cooperativa A se aproximar do modelo empregado como formal mesmo já apresentando sinais de precarização – flexibilização do horário de trabalho, diminuição de benefícios trabalhistas – dessa atividade, optou-se por entrevistar seus funcionários.

Dentre os 18 associados, definiu-se os entrevistados na tentativa de abranger o espectro de idade e experiência de todos – ou seja, buscou-se entrevistar um indivíduo que já participe há vários anos da cooperativa, um recém-chegado, um com idade avançada e outro mais jovem, além do próprio criador da cooperativa.

6.4 Apuração dos dados;

Todas as entrevistas tiveram seus áudios gravados com o aval dos entrevistados, também formalizou-se o registro com assinatura por parte dos entrevistados de documento de consentimento para a realização da entrevista, documento este anexado ao fim da dissertação.

Além da gravação do áudio também realizaram-se anotações por parte do pesquisador com a finalidade de facilitar o entendimento e o andamento da entrevista. Pôde-se também, devido ao registro escrito, reconhecer e identificar palavras e expressões ditas pelo entrevistado e que poderiam causar confusão em sua transcrição.

Todo o conteúdo gravado foi transcrito e serviu como fonte de consulta para a construção da análise. A transcrição em conjunto com as anotações do pesquisador, foram analisadas para o conhecimento acerca da realidade dos cooperados em busca de falas que demonstrem a situação de precarização dessa atividade, visto que as cooperativas se colocam como uma alternativa ao modelo existente.

6.5 Tratamento dos dados

O conteúdo das entrevistas associado às anotações foram analisados à luz da Hermenêutica do Discurso, defendida por Deladalle citado por Alonso (1998), onde:

El análisis social de los discursos no se produce, por tanto, a través de un proceso de desmigajamiento de un texto... nin tampoco por la imposición sobre ese texto de un modelo de representación que cristalice la estructura enunciativa del mismo ... se trata de considerar la 'representacion' como una regla de acción. (p.. 203).

Dessa forma, o uso do discurso não se deu através de formalidades linguísticas, nem pela cristalização e contabilidade de repetições textuais, mas sim a partir de trechos de fala para constituir com eles “un corpus que adquiere sentido en

relación con los usos principales que, desde las hipótesis de la investigación, orientan el discurso de los enunciantes” (p. 207).

Como o próprio nome já anuncia, a Análise Social do Discurso leva em consideração não somente a sintaxe e a semântica do que é dito, mas sim suas nuances, seus dito e não ditos, os olhares, e as interpretações feitas a partir do que é trazido.

Escolheu-se então categorias de análise do discurso encontradas em todas as falas produzidas pelos indivíduos pesquisados e analisou-se de forma a apresentar essas categorias surgidas de seus discursos, tanto o dito quanto o não dito pois, “el trabajo sociohermenéutico parte así de que no buscamos códigos universales, sino el significado de las acciones de los sujetos sociales”. (ALONSO, 1998, p. 211).

A partir então dessa análise sociohermenêutica observou-se de dentro do próprio discurso dos sujeitos atuantes qual o papel da precarização dentro do ambiente das cooperativas.

6.6 Finalização e conclusão da dissertação;

Ao fim, após feitas todas as análises, estruturam-se considerações acerca do tema, da pesquisa propriamente dita e dos resultados. Também realizou-se uma análise final considerando-se o tema proposto e os resultados encontrados, apontando quais dos objetivos foram alcançados e o que pode ser considerado como contribuição científica ao fim da pesquisa.

7 ANÁLISE DOS DADOS

Os dados aqui apresentados foram analisados de acordo com a sociohermenêutica adotada por Alonso (1998), pois a partir do discurso dos sujeitos selecionam-se categorias a serem analisadas privilegiando o discurso do coletivo, ou seja, aquilo que de comum há em todos eles.

Baseando-se então na sociohermenêutica, a análise será dividida em duas categorias a fim de facilitar a compreensão daquilo que foi coletado em 05 (cinco) entrevistas realizadas, sendo as categorias:

- Flexibilização dos direitos e contratos trabalhistas;
 - Monopólio da atividade
 - Flexibilização da atividade
 - Diminuição / eliminação dos direitos trabalhistas

- Subjetivação da precarização.
 - Dinâmicas da catação
 - Internalização da precarização

A primeira categoria analisada remete-se diretamente a precarização, visto que a flexibilização dos direitos trabalhistas é considerada uma das principais causas da precarização do trabalho.

Já a segunda categoria identificada remete à continuidade da precarização, pois a subjetivação da precarização praticamente a consolida como algo internalizado e adotado como prática cotidiana, naturalizando o discurso contemporâneo do trabalho.

Deve-se atentar para o fato de que dentro de cada uma das categorias há subcategorias que agrupadas demonstram a totalidade do conceito expresso.

A pesquisa foi realizada no mês de fevereiro, durante 03 dias, no município de Icó, no Ceará, e participaram 05 indivíduos, todos eles tendo uma relação direta com a Cooperativa A. Um deles se apresentou como dono da empresa e os outros foram identificados como catadores que revendem o produto de sua catação exclusivamente para a cooperativa.

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com todos, onde o intuito era que eles relatassem o seu cotidiano laboral em detalhes, incluindo suas opiniões, sentimentos, desejos e outros processos internos. As entrevistas foram gravadas e seu conteúdo transcrito e apresentado nesse capítulo, a fim de trazer à discussão elementos retirados da própria realidade dos catadores de Icó, articulando com a reflexão teórica empreendida no princípio do texto.

Independentemente do tipo de instrumento utilizado para a obtenção dos dados, o pesquisador carrega consigo o espírito científico e por isso busca a compreensão da realidade tal qual ela se manifesta. A partir daí, ele descreve o real o mais claramente possível, de maneira que as contribuições para o homem, entendido aqui como humanidade, possam ser evidenciadas. (Bauer e Gaskell 2002, p. 230)

A fim de melhorar o desenvolver dessa análise, denominaremos o primeiro indivíduo como “i1”, ele possui mais de 60 anos, é o fundador da Cooperativa A, denomina-se autodidata e afirma que seu trabalho “é bom para o planeta”. O indivíduo que será denominado “i2”, é do sexo feminino, 42 anos, e relata que cata materiais recicláveis “há mais ou menos 15 anos”, ela realiza sua atividade portando somente um saco usado para recolher latas de alumínio.

Já o entrevistado denominado “i3”, é do sexo masculino, 46 anos, cata materiais há mais de 2 décadas e transporta seu material em uma carroça puxada por um burro. O entrevistado seguinte, “i4”, é do sexo masculino, 37 anos, coleta materiais desde os 15 e utiliza um carrinho puxado pelo próprio a fim de realizar sua atividade. Ele leva os filhos durante sua jornada laboral, e afirma que “as crianças gostam da atividade”.

Com apenas 25 anos, o indivíduo apresentado como “i5”, sexo masculino, declara-se catador somente há 02 anos e também realiza sua atividade com o auxílio de um carrinho adaptado e puxado por ele mesmo.

Um primeiro ponto deve ser esclarecido acerca da empresa/cooperativa onde a pesquisa se realizou: ela foi descrita como cooperativa por um trabalhador de dentro da organização. Porém, em uma visita posterior, ficou claro que na verdade se constituía como empresa de reciclagem, com um dono e funcionários registrados com carteiras de trabalho assinadas que trabalham na separação e organização do material reciclado.

A empresa se utiliza da mão de obra dos catadores de rua para obter sua matéria prima. Todos os catadores que foram entrevistados não possuem nenhum vínculo trabalhista com a Cooperativa A, no entanto, afirmam que “seu sustento advém da venda de materiais recicláveis para a empresa”.

Presencia-se então uma exteriorização da atividade da catação em relação à cooperativa, pois mesmo que totalmente dependente dos catadores para a continuidade de seus trabalhos, a Cooperativa A não proporciona meios para o desenvolvimento da mesma, relegando todas as responsabilidades ao catador.

Mesmo a organização não se caracterizando como uma cooperativa propriamente dita, optou-se por continuar com a mesma como espaço de coleta de dados da pesquisa, visto que a utilização da mão de obra dos catadores de rua, sem prover-lhes direitos trabalhistas, aproximam-na das cooperativas que não estão alinhadas com o pensamento e a filosofia do cooperativismo.

Podemos afirmar que a Cooperativa A se configura em um amálgama de empresa privada e uma Coopergatos - Grupos não autogestionários, normalmente tem um dono e funciona como uma empresa privada, sem os benefícios sociais que uma empresa privada teria que fornecer.

A flexibilização desses contratos trabalhistas e da atividade de catação – que é fundamental para a cooperativa – configura-se como uma clara evidência da precarização do trabalho e dos contratos trabalhistas, segundo Aquino (2008).

Dessa forma, as entrevistas ocorreram na sede da própria cooperativa, em um local aberto, somente com duas cadeiras disponíveis. Essa inexistência de uma organização estrutural para as entrevistas não se revelou como um empecilho, pois os entrevistados, sem exceção, realizaram seus relatos com desenvoltura, não apresentando ressalvas à exposição do local.

7.1 Flexibilização dos direitos e contratos trabalhistas

7.1.1 Monopólio da atividade

A primeira fala trazida remete a falta de concorrência dentro da atividade.

– *Não existe outra* (todos os entrevistados)

Todos os entrevistados afirmaram que vendem o que retiram das ruas para a Cooperativa A, porque ela é a única que compra seus materiais. Sem concorrentes a cooperativa/empresa pode adotar as mais diversas práticas já que não há outra opção àqueles que dela dependem para desenvolver sua atividade.

i3 afirma:

– *O que podia melhorar é o comprador, as vezes você tem o material mas não tem quem compre.*

Isso demonstra a força exercida pela Cooperativa A no desenvolver da atividade, como ela é a única e segundo seu proprietário isso se deve ao dinheiro, pois ele consegue ter “dinheiro para sempre comprar material, diferente de outros que tentaram manter-se no negócio, porém o abandonaram por não conseguirem ter dinheiro no bolso.”

Esse é o início do que desencadeará a precarização apontada por Aquino (2008). Mesmo que de uma forma diferente daquela apontada tradicionalmente, pode-se afirmar que o posicionamento da cooperativa dentro de um negócio onde não há concorrentes, possibilita a transição do trabalho formal para o flexível, pois as organizações passam a atuar voltadas para o acúmulo de capital e não buscando a coesão social possibilitada pelo emprego propriamente dito (Antunes, 2002), e a não existência de concorrência acentua essa possibilidade.

7.1.2 Flexibilização da atividade

- *“muito boa, pois eles podem chegar em casa com um dinheiro no bolso” (i1)*
- *Todo mundo já me conhece, as vezes me chama pra eu pegar as latinhas do chão. (i2)*
- *Cato porque gosto de fazer, ninguém fica me mandando fazer nada (i2)*
- *Na rua não é muito fácil não. Muito movimento, muito carro. (i2)*
- *Num tem dia marcado não, é toda hora. As vezes o cabra me chama e diz pra eu ir buscar uma coisa e eu vou. (i3)*
- *A mulher lá em casa diz, ‘homem vá catar um emprego na prefeitura pra você’, e eu digo. Quero não. Porque não vou ser mandado por ninguém. Eu sou por minha conta mesmo. Porque se eu tô no meu serviço aqui eu vou na hora que eu quero. (i3)*
- *Eu espero continuar no meu mesmo serviço, porque quando tá bom, bom mesmo, o caba faz (dinheiro). (i3)*
- *Catar é bom porque eu que faço meu horário (i4)*

– *Eu saio todo dia, um me dá uma coisa, outro me dá outra. Eu cato no tambor, saio catando, aí o pessoal fala: “ei fulano, aqui tem num sei quantas cadeiras, quer levar”. Quero, vou e levo. O outro me chama e me dá uma televisão que não presta mais. O pessoal já me conhece (i4)*

– *É sim, faço na hora que quero. (i5)*

– *Catar é bom, mas não é. O calor mata a gente e no inverno também atrapalha. Chove 2 ou 3 dias, o cabra não sai nem de casa para catar, quando passa a chuva ele sai de novo. (i5).*

Aqui pode-se observar a flexibilização da atividade. Todos os catadores entrevistados consideram a catação uma atividade boa pois,

- a) não possuem horário pré-definido;
- b) não respondem diretamente a um superior;
- c) não obedecem ordens de outros.

Porém não há uma reflexão por parte deles sobre a necessidade de serem vinculados ao local onde desenvolvem seu trabalho para poder gozar de direitos trabalhistas.

A “liberdade” defendida por eles mascara o fato de que mesmo com a possibilidade de escolher o dia e a hora em que desenvolvem suas atividades, se eles não saírem para catar matérias recicláveis eles não obterão nenhuma remuneração, independente do motivo ligado a não catação – doença, acidente de trabalho, descanso, feriados.

Confronta-se aqui a ideia trazida pelos catadores de liberdade caracterizada pela máxima “sou livre, faço o que quero”, pois muito embora eles tenham liberdade de escolha de um aspecto de seu trabalho (quando trabalhar), eles não demonstram compreender o cerceamento dessa liberdade diretamente ligado ao fato de que se pararem de trabalhar não terão amparo nenhum.

Podemos ainda correlacionar a lógica capitalista de produção mencionada por Antunes (2002) nas falas de i1 e i3, onde conseguir ao fim do dia algum dinheiro capacita o trabalho como válido.

Segundo Masuzaki e Carvalhal (2009),

o capital não se apropria somente das condições físicas do trabalhador, mas também há a busca pela subjetividade do mesmo, por meio de discursos ideologizantes que mascaram o conflito capital e trabalho, dificultando a resistência dos trabalhadores frente ao capital. (p. 10)

Independente dos percalços para a realização da atividade, se ao fim do dia ela for rentável, o dia foi proveitoso, “o caba faz dinheiro” (i3).

7.1.3 Diminuição / encerramento dos direitos trabalhistas

– *“começou quando ninguém fazia isso”; (i1)*

– *Eu comecei porque quando eu vendia picolé num dava dinheiro não. O primeiro dia que eu fiz isso aqui eu coloquei logo 40 conto no bolso. Passava o dia andando a pé, com o carrinho pra vender as coisas, mas num dava certo não. Não dava dinheiro. Quando eu comecei nisso aqui o primeiro dia foi 40, o segundo foi 50, e hoje tem dia de eu fazer até 70. (i3)*

– *“hoje está muito bem, tem muita gente catando, antigamente era difícil”. (i4)*

A fala de i1 traz para a reflexão a temporalidade da catação junto com a discussão sobre quem são essas pessoas que reviram o lixo. A princípio, poucas pessoas necessitavam viver do lixo, pois havia ainda uma maior coesão das relações trabalhistas, relegando ao Estado a função de mantenedor dos direitos e deveres dos trabalhadores.

Com o passar dos anos, paulatinamente esse direitos foram revogados e passou-se a atribuir a flexibilização do trabalho uma aura de certeza e verdade.

Atualmente, aquele que sobrevive da catação o faz mais por necessidade do que por escolha (MEDEIROS; MACÊDO, 2006). Evidencia-se na fala de i3 a premente necessidade financeira e o mínimo retorno obtido com a catação.

Vender picolés não dava dinheiro, independente de ter carteira assinada, direito a férias, descanso semanal e cobertura do Estado em casos específicos. Justifica-se aqui a perda de direitos com a compensação financeira, que no caso da catação é diretamente relacionada ao dia trabalhado.

A sensação de compensação financeira imediata vivenciada pelos catadores advém do fato de que eles, mesmo em trabalhos anteriores, não obtiveram remunerações expressivas, impossibilitando-se assim a construção de perspectivas futuras, forçando-os a vivenciar o presente intensamente.

– Hoje é melhor, tem dinheiro no bolso todo dia. (i3)

7.2 Subjetivação da precarização.

7.2.1 Dinâmicas da catação

Em Icó, observou-se que não somente os catadores vendem material reciclável para a Cooperativa A. Durante todo o período de entrevistas, foram vistas pessoas que não são catadores, que se dirigiam diretamente à cooperativa para vender algum artigo para reciclagem como: panelas, ventiladores quebrados, latas de alumínio, dentre outros.

– É sim, aqui o povo vem vender, mas só quem mora perto. (i1)

– Olha aí, essa daí me vendeu uma panela agora e saiu daqui com R\$ 4,00 contos. Já é o dinheiro do pão. (i1)

Essa compreensão da catação como fonte rápida de dinheiro atribui novas formas de subjetivação à atividade. Enquanto em Fortaleza a catação e a venda de recicláveis caracteriza-se como um trabalho para àqueles que não tem outra opção, em Icó essa concepção já não é a predominante.

Mesmo adotando práticas parecidas com as dos catadores, nota-se que as pessoas evitavam socializar com eles. Em sua totalidade, elas vendiam produtos que iriam para o lixo, mas antes disso, elas os levaram para a reciclagem. Diferente dos catadores que recorrem ao que foi descartado para obtenção de renda, essas pessoas não consideravam seus artigos como lixo.

Essa dinâmica diferenciada vivenciada em Icó possibilitou a construção de micro situações dentro do universo da catação, sendo o microcomércio entre a população e os catadores o de mais fácil identificação.

– Na hora que eu passo, às vezes tem gente que não quer me dar, mas quer me vender, aí eu num tenho dinheiro, mas eu levo, dou 5 conto pra ele e quando venho aqui vendo por 10, até 15. Gente que não quer ir lá vender. (i3)

Observa-se na fala de i3 que além de suas funções de catação, eles ainda desempenham outros papéis dentro da atividade, uma espécie de negociadores do lixo. A negociação paralela do material a preços menores, tendo como base o preço de revenda, evidencia-se na fala acima.

7.2.2 Internalização da precarização

Existem comportamentos específicos de alguns catadores, (i5) fala que *“cato só por cima dos tambores, às vezes só cato por cima dos sacos de lixo, não abro não.”* (i5).

– *Às vezes eu abro os sacos atrás de latinha, mas eu fecho de novo* (i2)

Esses comportamentos apontam para uma identificação com a tarefa sendo esse o comportamento esperado de um catador. Eles relatam que agem dessa forma devido às constantes repressões da população que acaba hostilizando-os mesmo em ocasiões onde todo o protocolo foi cumprido: 1) abrir os sacos; 2) catar os matérias e; 3) fechar novamente os sacos.

– *Ta bom do jeito que tá. O dinheiro dá pro que a gente precisa* (i2)

– *Pra quê eu vou querer mais coisa. Trabalho, ganho meu dinheiro e ainda cuido de meus filhos* (i4).

– *Quero riqueza não, eu ter o dinheiro pra eu almoçar, tomar café e jantar já tá bom.* (i5)

Denota-se ainda uma cristalização da condição de catador. Ao afirmarem que só necessitam do dinheiro para questões básicas, têm-se então a real subjetivação da condição precarizada do trabalho. Mesmo sem ter condições mínimas para a garantia de sua atividade eles se dizem satisfeitos.

o trabalho na catação se qualifica como precário por princípio, dadas as condições objetivas para sua realização e seu impacto na vida e na saúde dos trabalhadores nele envolvidos. Por outro lado, pode ser também inserido na categoria de precarizado tendo em vista que se trata de uma

atividade que surge como resultado da nova conformação do mundo do trabalho. (MACIEL et al.; 2011; pg. 72)

Além de precarizados fisicamente, os catadores passam a entender sua condição como sendo a correta, desejável e única possível. O processo de subjetivação que os une, identifica-os dentro de um pequeno grupo onde poucos gostariam de estar e a grande maioria não tem como deixar. (Matos; Maia; Maciel, 2012).

Os dados apresentados, corroboram com as teses da flexibilização (Antunes, 2002) e precarização (Aquino, 2008) do trabalho e das relações trabalhistas. O labor diário dos catadores, atrelado à falta de suportes legais para o desenvolvimento da atividade, associados à internalização dessa realidade, solidificam o catador nessa difícil dinâmica.

Elege-se o imediatismo como estratégia de sobrevivência financeira abdicando-se de direitos e estratégias de suporte ao trabalho. Nessa perspectiva torna-se mais interessante garantir o presente e negligenciar o futuro. Passa-se a vivenciar as necessidades de acordo com a premência de cada um.

O trabalho precarizado avança não somente na atividade física, ele aos poucos se apropria da subjetividade do trabalhador, inserindo neles a ideia de que a atividade precarizada oferece mais privilégios do que a atividade formal.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo principal, investigar a precarização instalada nos contratos trabalhistas e nas atividades laborais desenvolvidas por catadores de material recicláveis, em uma cooperativa de Icó. Para tal, entrevistou-se 05 indivíduos ligados diretamente à atividade da catação, sendo 04 deles, catadores e um, o “dono” da cooperativa.

Ressalta-se a escolha de uma cidade de Icó, no interior do Ceará, para a realização da pesquisa. Notoriamente há uma tendência para a realização de estudos nas capitais devido à facilidade de deslocamento e acesso, associada a vivência dessas questões diariamente pelos estudantes.

No entanto, as dinâmicas sociais existentes nos interiores também podem suprir os requisitos necessários para o desenrolar de um estudo científico. Junte-se a isso a escassez de pesquisas em algumas áreas e têm-se um espaço propício para a execução da atividade.

O estudo primou ainda pela compreensão da estrutura de funcionamento das cooperativas como um todo e, em particular, as cooperativas de materiais recicláveis.

Entende-se o surgimento das cooperativas como alternativa aos modelos excludentes voltados para a acumulação de capital (Lima, 2004), porém, a proposta cooperativa não guarda em sua estrutura a rigidez observada em outros modelos, proporcionando assim a ascensão de estruturas ditas cooperativas, mas que em uma última análise, seguem a lógica do capital.

Enfatiza-se que as cooperativas de material reciclável são um ambiente propício a corrupção do modelo cooperativo, pois como aponta Maciel *et al.* (2011), elas já nascem precarizadas e inseridas na lógica do capital.

Ainda com Maciel *at al.* (2011) e Matos, Maia e Maciel (2012), a coleta de materiais recicláveis se dá principalmente por pessoas com baixa escolaridade,

advindas de classes econômicas menos favorecidas e sem perspectiva de reingresso em trabalhos formais.

A flexibilização entendida como reguladora das questões trabalhistas emerge como alternativa principalmente a rigidez do modelo Fordista, apresentando alternativas para a gestão do trabalho, condizentes com as necessidades da modernidade laboral. “Flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo” (ANTUNES, 2003, p.28), são as principais características ligadas a flexibilidade do trabalho.

O trabalho flexibilizado, diretamente ligado à modernidade e ao capitalismo, pode ser considerado uma derivação dos modelos vigentes, associando aos modos de produção, meios para o aumento da acumulação econômica e financeira. Considera-se ainda a flexibilização como o veículo impulsionador da precarização.

O trabalho precarizado intensificou a flexibilização inserindo a diminuição dos direitos trabalhistas e “a ‘invasão’ permanente do trabalho na vida dos indivíduos para além do espaço laboral tradicional” (AQUINO, 2008, p.170)

Deve-se lembrar de que a precarização subverte a lógica do trabalho reduzindo direitos, flexibilizando rotinas e exigindo uma constante dedicação dos trabalhadores, porém, ao se apropriar e subverter a subjetividade do trabalhador ela se posiciona como alternativa aos problemas laborais vigentes.

O trabalho precarizado não só exige a dedicação física para o labor, como também se apropria de sua subjetividade, inculcando nele a certeza de sua atuação e a validade de seus atos.

Partindo-se da premissa de que o trabalho realizado em cooperativas de material reciclável é, desde sua gênese, precarizado, buscou-se o entendimento dessa dinâmica e as consequências dessa atividade para os trabalhadores.

Posto isso, podemos afirmar que, a flexibilização dos direitos trabalhistas e a subjetivação da precarização encerram em si, um sistema eficiente de expropriação da mão de obra precarizada, oferecendo-lhes poucas ou nenhuma vantagem, ao mesmo tempo em que se auto legitima esse modelo.

Ficou claro no discurso dos catadores a sua satisfação em obter o sustento diário de uma atividade legítima, porém, a não reflexão acerca das condições impostas para a realização deste trabalho denotam um afastamento da realidade que o cerca. Torna-se preferível ter um pouco de dinheiro diariamente e não pensar no amanhã em vez de assumir a precarização como erro, e lutar por direitos que estancaram em um passado não tão distante.

Observou-se que a precarização ao se apresentar como alternativa válida retira do trabalhador a possibilidade de refletir sobre novas formas de trabalho, dificultando a mudança do quadro apresentado.

Evidencia-se ainda a expansão da atividade precarizada, saindo dos grandes centros e alcançando o interior do Estado. Nota-se também sua naturalização, visto que sua adoção segue um fluxo aparentemente normal – a desregulamentação do trabalho se apresenta como uma evolução natural.

Torna-se uma tarefa difícil apontar alternativas para a construção de uma realidade diferente, visto que a internalização da precarização pelos atingidos por ela os afasta dessa discussão.

Fica premente então a necessidade de aprofundamento na temática, a fim de promover uma transformação na realidade apresentada, iniciando-se pela adoção de discursos mais justos com aqueles que diariamente enfrentam rotinas precarizadas de trabalho.

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHAO, Júlia Issy and TORRES, Camila Costa. **Entre a organização do trabalho e o sofrimento: o papel de mediação da atividade.** *Prod.* [online]. 2004, vol.14, n.3, pp. 67-76. ISSN 0103-6513.

ALONSO, Luis Enrique. **La Mirada Cualitativa en Sociologia.** Caracas, Madrid. Editorial Fundamentos. 1998.

AMARAL, Antonio Marcos. **Fatores Críticos de Sucesso de Organizações Cooperativas.** 2001. 152 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro de Pós – Graduação e Pesquisa em Administração, Universidade de Minas Gerais. MG. 2001.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho.** Perdizes, São Paulo. Cortez Editora. 2002.

AQUINO, Cássio Adriano Braz de. **O Processo de precarização laboral e a produção subjetiva: um olhar desde a psicologia social.** *Revista O Público e o Privado.* 2008. pp. 169-178, Nº 11, Janeiro/Junho .

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som.** Petrópolis, RJ. Vozes, 2009.

BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade Líquida.** Rio de Janeiro, RJ. Jorge Zahar Ed. 2001.

BOSI, Antônio de Pádua. **A organização capitalista do trabalho "informal": o caso dos catadores de recicláveis.** *Rev. bras. Ci. Soc.*[online]. 2008, vol.23, n.67, pp. 101-116. ISSN 0102-6909.

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário.** Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes, 2010.

CHAUÍ, Marilena. **Introdução a História da Filosofia.** Rio de Janeiro, RJ; Cia das Letras. 1997

CORTINA, Adela; PEREIRA, Gustavo. **Pobreza Y Libertad. Erradicar la pobreza desde el enfoque de Amartya Sen.** Madrid.Editorial Tecnos. 2009.

DALBERIO, Osvaldo; DALBERIO, Maria Cecília Borges. **Metodologia Científica: desafios e caminhos.** São Paulo; Paulus. 2009.

DUARTE, Cristina Maria Rabelais. **UNIMED: história e características da cooperativa de trabalho médico no Brasil**. *Cad. Saúde Pública* [online]. 2001, vol.17, n.4, pp. 999-1008. ISSN 0102-311X.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes, 2011

GONÇALVES, Pólita. **Catadores de Materiais Recicláveis**. São Paulo. Disponível em < http://www.lixo.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=133&Itemid=240 > Acesso em 01 de Nov. de 2012.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Perfil Básico Municipal Icó 2011**. Disponível em < http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2011/lco.pdf > Acesso em 01 de Nov. de 2012

HIRATA, Helena. **Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão**. *Cad. CRH* [online]. 2011, vol.24, n.spe1, pp. 15-22. ISSN 0103-4979.

ICÓ. **Plano Diretor Participativo do Município de Icó**. Decreto de Lei N^o 551/2003. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **IBGE – Brasil em Síntese**. Disponível em < http://www.ibge.gov.br/brasil_em_sintese/ >. Acesso em 01 de Nov. de 2012

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **IBGE – Censos Demográficos 2000**. Disponível em < http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm >. Acesso em 01 de Nov. de 2012

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **IBGE – Censos Demográficos 2010**. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm> >. Acesso em 01 de Nov. de 2012

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **IBGE Cidades**. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default2.php> >. Acesso em 01 de Nov. de 2012

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **IBGE – Pobreza 2003 - Icó**. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=ma&tema=mapapobreza2003> > Acesso em 01 de Nov. de 2012

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ – IPECE. **Anuário estatístico do Ceará 2010.** Disponível em < <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/anuario/> > Acesso em 01 de Nov. de 2012

IMPARH. **Diagnóstico da Situação Socioeconômica e Cultural do Catador (a) de Materiais Recicláveis de Fortaleza.** Fortaleza. 2006.

LIMA, Jacob Carlos. **O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado.** *Rev. bras. Ci. Soc.*[online]. 2004, vol.19, n.56, pp. 45-62. ISSN 0102-6909.

MACIEL, Regina Heloisa et al. **Precariedade do trabalho e da vida de catadores de recicláveis em Fortaleza, CE.** *Arq. bras. psicol.* [online]. 2011, vol.63, n.spe, pp. 71-82. ISSN 1809-5267.

MARX, Carl. **O Capital.** São Paulo, São Paulo. Nova Cultural. 1996

MARX, Carl. ENGELS Friedrich. **A Ideologia Alemã.** 2º Ed. São Paulo. Martins Fontes. 1998. p VII - XL.

MASUZAKI, Teresa Isumi; CARVALHAL, Marcelo Dornelis. **Reestruturação Produtiva e a Precarização do Trabalho nas Indústrias Alimentícias de Marechal Cândido Rondon: Agravos a Saúde dos Trabalhadores.** Disponível em < <http://www4.fct.unesp.br/ceget/D43.pdf> > Acessado em 10 de Agosto de 2013.

MATOS, Tereza Glaucia Rocha; MAIA, Luciana Maria; MACIEL, Regina Heloisa. **Catadores de Material Reciclável e Identidade Social: Uma visão a Partir da Pertença Grupal.** *Interação em Psicologia*, Vol. 16, Nº 2 (2012). pp. 239-247.

MEDEIROS, Luiza Ferreira Rezende de; MACEDO, Kátia Barbosa. **Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência?.** *Psicol. Soc.* [online]. 2006, vol.18, n.2, pp. 62-71. ISSN 1807-0310.

MOTA, Ana Elizabete; VALENÇA, Marcela; SILVA, Maria das Gracas e. Política ambiental e reciclagem : o lugar invisível dos catadores de "lixo" . **Cadernos de estudos sociais** . Ano 2004 ,v. 20 ,n. 1 ,mês JAN/JUN , páginas 71-85.

NARDI, Henrique Caetano. **A propriedade social como suporte da existência: a crise do individualismo moderno e os modos de subjetivação contemporâneos.** *Psicol. Soc.*[online]. 2003, vol.15, n.1, pp. 37-56. ISSN 1807-0310.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Ramos do Cooperativismo.** Disponível em < <http://www.brasilcooperativo.coop.br/site/ramos/index.asp> > Acesso em 01 de Nov. de 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Cartilha Cooperativismo e Eleições 2012**: referências: elaboração. Brasília, DF. 2012

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS – Ceará. **PROJETO COOPERATIVISMO NO CEARÁ: SOCIEDADE, HISTÓRIA E MEMÓRIA**. Disponível em , <http://www.ocbce.coop.br/sis.interna.asp?pasta=1&pagina=167> > Acesso em 01 de Nov. de 2012.

PORTAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO. **A História do Cooperativismo no Brasil**. Disponível em < <http://cooperativismodecredito.com.br/news/tag/cooperativa-de-consumo-dos-empregados-da-companhia-paulista/> > Acesso em 01 de Nov. de 2012.

PORTAL DOS RECICLÁVEIS. A cidade e seus Resíduos. Fortaleza. Disponível em < <http://www.reciclaveis.com.br/resecec.html> > Acesso em 01 de Nov. de 2012.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Portal da Transparência 2012**. Disponível em < <http://www.portaltransparencia.gov.br/> > Acesso em: 20 de Maio de 2012.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO. **Relatório de Gestão 2001**. Brasília. Disponível em < http://www.ocb.org.br/Gerenciador/ba/arquivos/Relatorio_de_Gestao_2011.pdf > Acesso em 01 de Nov. de 2012.

SIMIONI, Flávio José et al. **Lealdade e oportunismo nas cooperativas: desafios e mudanças na gestão**. *Rev. Econ. Sociol. Rural*[online]. 2009, vol.47, n.3, pp. 739-765. ISSN 0103-2003.

SINGER, Paul. **Cooperativismo e sindicatos no Brasil**. CUT BRASIL. Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT. São Paulo: CUT, 1999. p. 23-28

SOUSA, Cleide Maria de Mendes, MAGNOLIA, Ana. Viver do lixo ou no lixo. A relação entre a saúde e trabalho na ocupação de catadores de material reciclável cooperativos no Distrito Federal - estudo exploratório . **Revista psicologia : organizações e trabalho** . *Ano 2006* , v. 6 , n. 2 , mês JUL/DEZ , páginas 13-42

SPINK, Peter Kevin. Pesquisa de Campo em Psicologia Social: uma perspectiva pós-construcionista. *Rev. Psicologia e Sociedade*. [online]. 2003. Vol.15. Jul/dez. pag. 18-42.

UNIMED. **Sobre a Unimed**. Disponível em < http://www.unimed.com.br/pct/index.jsp?cd_canal=49146&cd_secao=49094 > Acesso em 01 de Nov. de 2012.

VELLOSO, Marta Pimenta. **Os catadores de lixo e o processo de emancipação social.** *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2005, vol.10, suppl., pp. 49-61. ISSN 1413-8123.